

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU - RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0840725-10.2022.8.19.0038

**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, representado pelo seu sócio **MURILO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **RIOPET EMBALAGENS S/A, INJETRIO INDUSTRIA DE PLÁSTICO LTDA., RESIN PLASTICOS LTDA. e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.**, nos autos da presente **Recuperação Judicial**, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial**, na forma do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal das sociedades Recuperandas, conforme passa a expor.

## I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores

01. Publicado regularmente o Edital previsto no art. 52, §1º da LRF, em 10 de fevereiro de 2023, referente à relação de credores apresentada nos autos pelas sociedades empresárias em Recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

02. Averbese-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins será aquela apresentada em Id. 38120619, e não aquela que seguiu anexa à petição inicial.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea “a” da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico riopet@mcaa.adv.br, tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 27 (vinte e sete) divergências e 01 (uma) habilitação de crédito administrativas, através de e-mails enviados ao endereço riopet@mcaa.adv.br, todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas, quirografários e microempresas e empresas de pequeno porte.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas vinte e sete divergências de crédito e uma habilitação de crédito por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal das Recuperandas. Ao final, a relação de credores foi saneada administrativamente, mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Por fim, apresenta a Relação de Credores do Administrador Judicial, quer dizer, a relação de credores *retificada*, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo Edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.

## **II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial para a análise da lista de credores e das habilitações e divergências apresentadas**

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:

Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

- I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;
- II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;
- III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;
- IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;
- V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento de recuperação judicial.

09. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de

proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)

10. Segundo o escólio da professora Maria Helena Diniz,

(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

11. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

12. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

13. Com relação à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, nos termos do art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, é necessário que se proceda ao devido registro do contrato no cartório competente. *Verbis*:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**

14. Nada obstante, o e. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro quando a garantia prestada consiste na cessão fiduciária de direito de crédito. Veja-se:

“DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO Á RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível.** 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponível, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade "de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior." (AgInt no REsp. 1.475.258- MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido.” (RECURSO ESPECIAL nº 1.629.470 – MS, 2ª Seção – STJ – Julgamento em 30 de novembro de 2021 – Publicação em 17 de dezembro de 2021) (grifos nossos)

15. Por sua vez, na hipótese da propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados,

conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se infere do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

16. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

17. No mesmo sentido, dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do e. Tribunal de Justiça de São Paulo, *litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

18. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, pelo qual sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme menciona o eminente ex-magistrado, professor LUIZ ROBERTO AYOUB, em obra conjunta ao ilustre professor CÁSSIO CAVALLI, leia-se:

A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e, portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da



recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)

19. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1.362, IV do CC, a conferir:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

20. Tal previsão legal, de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária, está igualmente corroborada pela doutrina pátria majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra do MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar,

poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

21. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, portanto devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, é de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza quirografária, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

22. Por fim, exaurindo-se o tema, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:

O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um forno industrial a gás" no caso em que "a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas". Ademais, já se decidiu que deve ser revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida

com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e139)

23. Inclusive, o e. Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, circunstância na qual gizou a subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção do aresto abaixo, veja-se:

**AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AgInt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)

### VOTO

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse**

**modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título**, de modo que, estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão. (grifos nossos)

24. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do e. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" a que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do REsp. em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECID. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto

lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constata-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-se-ia absolutamente frustrada, caso se

pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, cancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

25. Na mesma linha, veja-se o entendimento doutrinário predominante:

“2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (stay period). Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade

empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresarial em questão". (João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)

26. Entretanto, apesar de o e. Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada "trava bancária" possui efeito negativo que, na grande maioria dos casos, ocasiona a inviabilização do processo de recuperação da empresa.

27. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que, ao art. 49, §3º da LRF deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.

28. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da "trava bancária", quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis.



29. É justamente esse o entendimento esposado em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS**. MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual**. No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda.



# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

(0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA,** E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.** LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios.** Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles**

atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período. Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. Imprescindibilidade do destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte. Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovisionamento do recurso, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC. (0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

30. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica de cada uma das 27 (vinte e sete) divergências e 01 (uma) habilitação de crédito administrativas, apresentadas pelos credores da sociedade empresária Recuperanda.

31. Por derradeiro, cumpre elucidar que, com o objetivo de promover maior efetividade ao procedimento de apuração do passivo adotado pela Administração Judicial, foi oportunizado o contraditório à Recuperanda quanto às habilitações e divergências administrativas.

**III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas**

32. Inicialmente, antes de adentrar a análise das respectivas classes de credores, essa Administração Judicial informa que, em resposta à correspondência enviada na forma do art. 22, I, alínea “a”, da Lei 11.101/2005, os credores Vimac Com. de Peças e Acessórios Ltda. e Amorim Ferragens Ltda., declararam que seus créditos foram quitados, motivo pelo qual essa Administração Judicial promoverá a devida exclusão da relação de credores.

**III.1 Classe I – Créditos Trabalhistas**

**III.1.a João Gomes de Souza**

33. Trata-se de divergência de crédito apresentada por João Gomes de Souza, através de correio eletrônico, por meio da qual informa que a quantia listada no primeiro Edital, qual seja, R\$ 10.404,68 (dez mil quatrocentos e quatro reais e sessenta e oito centavos), pertencente à classe I (trabalhistas), em face da Riopet, “*não está batendo com o valor passado [ao credor] pela Recuperanda*”.

34. Cumpre registrar que o credor não apontou o valor que entende devido, assim como não instruiu a divergência com qualquer documento comprobatório, a que alude o art. 9º, III, da LRF, tampouco com planilha de crédito atualizada na forma do inciso II do referido artigo.

35. As Recuperandas, na ocasião do contraditório administrativo, via *e-mail*, ressaltaram a ausência de documentos comprobatórios por parte do credor, e apresentaram “Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho”, no qual apurou-se que o valor correto a ser listado a título de rescisão perfaz a quantia de R\$ 9.771,87 (nove mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos).

36. Diante do exposto, essa Administração Judicial deixa de acolher a divergência apresentada pelo credor, restando acolhida a divergência das Recuperandas, para que passe a constar o valor de R\$ 9.771,87 (nove mil setecentos e

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

setenta e um reais e oitenta e sete centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I), em favor de João Gomes de Souza.

## III.1.b Laiza Venceslau dos Santos Gusmão

37. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Laiza Venceslau dos Santos Gusmão, através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao valor e nº de CPF listados no primeiro Edital, quais sejam, R\$ 13.215,39 (treze mil duzentos e quinze reais e trinta e nove centavos) e CPF nº 923.342.887-72, vinculados à Riopet, afirmando que o correto corresponde à R\$ 14.573,59 (quatorze mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos) e CPF nº 136.996.587-75.

38. Na instrução do pedido, a requerente apresentou *demonstrativo do trabalhador de recolhimento FGTS rescisório e termo de rescisão de contrato de trabalho*.

39. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, *via e-mail, reconheceram que o valor do crédito apontado pela credora se revela correto*, razão pela qual concordaram com a divergência apresentada.

40. Esclareceram, ainda, que, quando da apresentação da Relação de Credores de Id. 38120619, não haviam sido concluídos os cálculos referentes à rescisão contratual da requerente, considerando a ausência de documentos necessários à tal constatação, de modo que foi realizada uma projeção dos valores devidos.

41. Assim, diante da apresentação de documentos pela credora, e da concordância das Recuperandas, acolhe-se a divergência apresentada, para que passe a constar o valor de R\$ 14.573,59 (quatorze mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I), em favor de Laiza Venceslau dos Santos Gusmão, CPF nº 136.996.587-75.

## III.1.c Laryssa Caetano de Souza Silva

42. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Laryssa Caetano de Souza Silva, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância com o crédito

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

listado no primeiro Edital, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 2.110,40 (dois mil cento e dez reais e quarenta centavos), em face da Riopet, afirmando que a quantia correta corresponde à R\$ 2.901,80 (dois mil novecentos e um reais e oitenta centavos).

43. Vale registrar que nenhum documento comprobatório do crédito, a que a alude o art. 9º, III, da LRF, foi apresentado pela requerente.

44. Nada obstante, na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação por e-mail, as Recuperandas exararam concordância com a retificação do crédito na forma pretendida, tendo apresentado a seguinte planilha:

Salário	R\$ 1.582,80
Aviso prévio indenizado	R\$ 1.582,80
Férias 2022 10/12 avos	R\$ 1.319,00
Total	R\$ 2.901,80

45. Assim, diante da concordância das Recuperandas, acolhe-se a divergência, para que passe a constar em favor de Laryssa Caetano de Souza Silva o crédito no valor de R\$ 2.901,80 (dois mil novecentos e um reais e oitenta centavos), na classe I (trabalhistas).

## III.2 Classe III – Créditos Quirografários

### III.2.a Alpek Polyester Argentina S/A

46. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Alpek Polyester Argentina S/A, através de correio eletrônico, na qual requer que seu crédito listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 7.236.319,98 (sete milhões duzentos e trinta e seis mil trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos), em face da Resin, passe a constar na quantia de USD 1.499.581,41 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e um dólares americanos e quarenta e um centavos).

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

47. Em suas razões, afirma que o valor devido em moeda estrangeira deve ser listado em moeda estrangeira na relação de credores, ressaltando que, de acordo com o art. 38 da LRF, a conversão em moeda nacional somente é feita para fins de votação em Assembleia Geral de Credores, e na véspera do certame.

48. Nesse sentido, apresenta planilha de cálculo, bem como diversas declarações de trânsito aduaneiro e notas de exportação.

49. Em sede de contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com a divergência apresentada, ressaltando que, no momento da apresentação da Relação de Credores, havia sido realizada a conversão do valor de dólares para reais com base na cotação vigente à época, de modo que, sendo possível a inclusão em dólares, não se opõe à solicitação do credor.

50. Destaca-se que, nos termos do parágrafo único do mencionado art. 38 da LRF, “na recuperação judicial, para fins exclusivos de votação em assembleia-geral, o crédito em moeda estrangeira será convertido para moeda nacional pelo câmbio da véspera da data de realização da assembleia”, não havendo espaço para dúvidas.

51. Dessa forma, esse Administrador Judicial acolhe a divergência, para que passe a constar o crédito no valor de USD 1.499.581,41 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e um dólares e quarenta e um centavos) em favor de Alpek Polyester Argentina S/A, mantida a classe III (quiropgrafários).

## III.2.b Banco ABC Brasil S/A

52. Trata-se de divergência de crédito apresentada, através de correio eletrônico, pelo Banco ABC Brasil S/A, credor listado na classe III (quiropgrafários), pelo valor de R\$ 9.128.807,43 (nove milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e sete reais e quarenta e três centavos), com o objetivo de lançar seu crédito concursal da seguinte forma:

- (i) CCB 777478420 – Crédito Rotativo, pelo valor de R\$ 755.115,86 (setecentos e cinquenta e cinco mil cento e quinze reais e oitenta e seis centavos); e

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

- (ii) CONVÊNIO PARA DESCONTO DE DUPLICATAS 7466720, pelo valor de R\$ 8.229.382,79 (oito milhões duzentos e vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos).

53. Em suas razões, o credor afirma que celebrou com as Recuperandas os contratos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário de nº 8288321, 8913321, 777478420 (posteriormente aditada) e 7466720 (aditada pelo primeiro, segundo e terceiro aditivos).

54. Aduz que, em garantia às obrigações firmadas nas CCBs nº 8288321 e 8913321, foram celebrados *instrumentos particulares de cessão fiduciária de duplicatas e direitos*, por meio dos quais a Recuperanda Riopet cedeu fiduciariamente ao ABC tanto duplicatas quanto os direitos creditórios decorrentes de valores depositados em sua conta vinculada de nº 0022279328.

55. Nesse sentido, sustenta que o crédito oriundo das CCBs nº 8288321 e 8913321 é integralmente extraconcursal, tendo em vista que garantido por cessão fiduciária de duplicatas e créditos, e que deixou de ser indicado na tabela denominada “créditos não sujeitos à recuperação judicial”, bem como não integrou a relação de credores de Id. 38120619.

56. Prossegue no afirmar de que não há que se falar em essencialidade do bem dado em garantia, entendendo que:

- (i) *não há decisão judicial proferida nos autos do processo recuperacional versando sobre este tema;*
- (ii) *não é competência do i. Administrador Judicial versar sobre este assunto;*
- (iii) *e mesmo se for declarado essencial, o crédito não deixa de ser extraconcursal, mas somente será suspensa a possibilidade de retirada durante o stay period.*



57. Acrescenta que o crédito no valor de R\$ 755.115,86 (setecentos e cinquenta e cinco mil cento e quinze reais e oitenta e seis centavos) é concursal e oriundo da CCB nº 777478420, em virtude da utilização do limite de crédito disponibilizado na conta corrente das Recuperandas.

58. Com relação ao crédito concursal no valor de R\$ 8.229.382,79 (oito milhões duzentos e vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), aduz ser decorrente do Convênio para desconto de duplicatas nº 7466720, e que diversas duplicatas restaram inadimplidas, redundando no dever da Riopet em honrar o pagamento dos valores não efetuados pelos sacados.

59. Em anexo à divergência, o Banco credor apresentou: (i) CCB nº8288321; (ii) instrumento de cessão fiduciária nº 8288321; (iii) CCB nº 8913321; (iv) instrumento de cessão fiduciária nº 8913321; (v) CCB nº 777478420; (vi) 1º Aditamento à CCB nº777478420; (vii) Convênio para desconto de duplicatas nº 7466720 e Aditivos; (viii) cálculos; (ix) extratos; e (x) termos de solicitação de desconto de duplicatas.

60. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, realizado por e-mail, informaram não se opor à retificação do valor do crédito listado na relação de credores, devendo, no entanto, ser mantida a natureza concursal.

61. Nessa linha, entendem que os contratos de cessão fiduciária que deram origem aos créditos apontados como extraconcursais não preenchem os requisitos necessários à regular constituição da garantia fiduciária, uma vez que, de acordo com o art. 33 da Lei 10.931/04, para que a garantia fiduciária seja considerada regularmente constituída, é essencial que o *“bem constitutivo da garantia esteja descrito e individualizado de modo que permita sua fácil identificação”*.

62. Afirmam que as garantias descritas nos contratos em questão *são de tamanha simplicidade, com previsão contratual completamente genérica, não havendo qualquer especificação acerca dos títulos objeto da garantia*, colacionando o excerto abaixo como exemplo:



# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

XI. GARANTIAS: - Garantia(s) Fiduciária(s) conforme Instrumento(s) apartado(s)]
XII. Valor da Compensação Financeira na Liquidação Antecipada/Valor Diário Unitário: R\$ 0,25 (Vinte E Cinco Centavos) por dia corrido - por unidade (U) de R\$1.000,00 antecipada, de acordo com o disposto na cláusula 7 infra.
XIII - TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES)
Não há

de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

**IV - DUPLICATAS E DIREITOS OBJETO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA:**

A) As duplicatas físicas ou escriturais, aceitas pelo BANCO ("Duplicatas"), representadas por bônus, que poderão ser apresentadas sob a forma escrita ou eletrônica, sendo a transmissão dos arquivos eletrônicos preferencialmente realizados

63. As Recuperandas asseveram que a previsão genérica quanto à garantia de direitos creditórios afasta por completo a não submissão do crédito à Recuperação Judicial, na medida em que não é possível ao Banco excutir a pretensa garantia que lhe fora outorgada.

64. As Recuperandas argumentam, ainda, que os recebíveis, objeto da garantia fiduciária, devem ser considerados concursais, na forma do que preconiza o art.49 da LRF, uma vez que não existiam na data do pedido de recuperação judicial.

65. Afirmam, ademais, que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, além de contrária ao princípio de preservação da atividade empresarial, importaria em flagrante privilégio ao credor instituição financeira, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.

66. Ao final, as Recuperandas requerem que seja acolhido parcialmente o pleito do Banco credor, tão somente para que seja determinada a correção do valor listado na classe III (quirografários), passando a constar o montante de R\$ 9.474.300,33 (nove milhões quatrocentos e setenta e quatro mil trezentos reais e trinta e três centavos).

67. Pois bem.

## MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

68. De início, cumpre esclarecer que, ao contrário do que alega o requerente, os créditos oriundos dos contratos nº 8288321 e 8913321 foram sim listados pelas Recuperandas na relação de Id. 38120619, cujo crédito do Banco ABC soma a quantia de R\$ 9.128.807,43 (nove milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e sete reais e quarenta e três centavos).

69. De acordo com o Banco ABC, o crédito originário dos sobreditos contratos perfaz a quantia de R\$ 489.801,68 (quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e um reais e sessenta e oito centavos), e foi garantido por cessão fiduciária de duplicatas e direitos, o que resultaria na sua não submissão ao concurso de credores, na forma do art. 49, §3º, da Lei de regência.

70. Nada obstante a previsão contida na aludida norma, é certo que os valores atinentes aos recebíveis de duplicatas e direitos creditórios oriundos de conta corrente titularizada pelas sociedades Recuperandas, resultantes de vendas e prestação de serviços por esta, se mostram essenciais à manutenção das referidas sociedades, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

71. No que se refere ao *quantum* que deverá constar na relação de credores em favor do Banco ABC, esse Administrador Judicial entende que corresponde à soma dos valores atinentes ao nº 8288321, nº 8913321, nº 777478420 e nº 7466720 informada pelo próprio credor, isto é, R\$ 9.474.300,33 (nove milhões quatrocentos e setenta e quatro mil trezentos reais e trinta e três centavos), eis que, para além da apresentação dos respectivos cálculos, contou com a concordância da parte devedora.

72. À vista do exposto, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas, pelo que acolhe parcialmente a divergência, para que passe a constar o crédito no valor total R\$9.474.300,33 (nove milhões quatrocentos e setenta e quatro mil trezentos reais e trinta e três centavos) em favor do Banco ABC Brasil, na classe III (quirografários), relativo ao contrato nº 8288321, nº 8913321, nº 777478420 e nº 7466720.

**III.2.c Banco BS2 S/A**

73. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco BS2 S/A, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pela importância de R\$3.484.734,15 (três milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil setecentos e trinta e quatro reais e quinze centavos), afirmando que o valor correto corresponde à R\$3.583.571,56 (três milhões quinhentos e oitenta e três mil quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

74. Em suas razões, o Banco credor aduz que firmou com a Recuperanda Riopet o contrato consubstanciado na Cédula de Crédito Bancário – Convênio para Desconto de Títulos de nº10575197, que restou inadimplido, ensejando a incidência dos encargos moratórios contratualmente previstos.

75. A divergência foi instruída com o contrato nº 10575197, e com planilha de débitos atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, 18 de novembro de 2022, de modo que resta cumprido o art. 9º, II e III, da LRF.

76. Instada a se manifestar, em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas concordaram o pleito do credor, esclarecendo que, no momento de apresentação da relação de credores, não haviam sido concluídos os cálculos referentes aos juros e à multa da operação realizada.

77. Ante o exposto, acolhe-se a divergência apresentada, para que passe a constar o crédito no montante de R\$ 3.583.571,56 (três milhões quinhentos e oitenta e três mil quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos), em favor do Banco BS2 S/A, na classe III (quirografários).

**III.2.d Bankorp Securitizadora de Crédito S/A**

78. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Bankorp Securitizadora de Crédito S/A, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pela importância de R\$ 975.324,36 (novecentos e setenta e cinco mil

trezentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos), afirmando que o valor correto corresponde à R\$ 999.174,07 (novecentos e noventa e nove mil cento e setenta e quatro reais e sete centavos).

79. Nas razões de divergência, a credora aduz que firmou com a Recuperanda um contrato principal denominado “*Contrato número 206 emitido em 30/06/2022 - cliente nº 10982*”, no qual, para cada operação de aquisição de créditos à vista contratada, é gerado o respectivo aditivo de cessão e relação dos créditos, denominado “*Termo de Securitização de Direitos Creditórios*”.

80. Esclarece que a operação decorre do interesse da Recuperanda em formalizar a alienação de créditos para a Bankorp, onde se responsabiliza pela regularidade da emissão das duplicatas cedidas através do termo de securitização, e que, desse contrato firmado, originou-se o débito referente a créditos cedidos pela Recuperanda em diversos aditivos de “*termo de securitização de direitos creditório*”, que não foram pagos pelos sacados.

81. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com a divergência apresentada, ressaltando que, no momento de apresentação da relação de credores, não haviam sido concluídos os cálculos referentes aos juros e à multa da operação realizada.

82. Ante o exposto, essa Administração Judicial acolhe a divergência, para que seja retificado o crédito listado em favor de Bankorp Securitizadora S/A, para que passe a constar o valor de R\$ 999.174,07 (novecentos e noventa e nove mil cento e setenta e quatro reais e sete centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

83. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, através de correio eletrônico, na qual requer a exclusão do crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pela importância de R\$ 28.693,54 (vinte e oito mil seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos), afirmando que, em consulta ao seu banco de dados, verificou inexistir débito em nome das Recuperandas.

84. Em sede de contraditório administrativo, em comunicação via e-mail, as Recuperandas manifestaram concordância com a pretensão da exclusão do crédito, destacando que, de fato, não há crédito a ser arrolado em favor do requerente, sendo certo que a quantia que havia sido listada na relação de credores referia-se à seguros contratados da frota de caminhões, que restaram cancelados, inexistindo pendências financeiras a serem sanadas.

85. Diante do exposto, essa Administração Judicial acolhe a divergência, para excluir o crédito listado em favor de Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros da relação de credores.

### III.2.f Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A e Indorama Ventures Polimeros S/A

86. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A e Indorama Ventures Polimeros S/A, através de correio eletrônico, na qual requerem a retificação do montante listado no primeiro Edital em favor de Indorama, para que parte dele passe a constar em favor da Coface, tendo em vista a ocorrência de sub-rogação.

87. Em suas razões, alegam que a Indorama celebrou junto à Coface contrato de seguro de crédito, nos termos da Apólice nº 2161, que seguiu anexa à divergência, para cobertura indenizatória de eventuais perdas advindas da inadimplência da sua carteira de clientes.

88. Nesse sentido, afirmam que durante a vigência da apólice as Recuperandas Resin, Riopet e Injerio não arcaram com as obrigações contratuais contraídas perante a Indorama, motivo pelo qual esta foi listada na relação de credores da seguinte forma:

Devedora	Valor listado
Resin	R\$ 1.371.542,95
Riopet	R\$ 477.365,76
Injerio	R\$ 1.985.356,65

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

89. Aduzem que, em função do inadimplemento, a Indorama requereu a Coface a abertura de sinistro para cobertura dos danos sofridos, tendo sido realizada a indenização parcial conforme autorizações para crédito que anexaram à divergência.

90. Afirmam, que, diante da indenização parcial paga pela Coface, ocorreu a sub-rogação de parte dos direitos creditórios da Indorama, e pugnam pela retificação da relação de credores, na forma que segue:

RECUPERANDAS	CREADORAS	CRÉDITOS
RESIN PLÁSTICOS LTDA Crédito total: R\$ 1.371.542,95	COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S.A.:	R\$ 1.302.965,80
	INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A. :	R\$ 68.577,15
RIOPET EMBALAGENS S/A Crédito total: R\$ 477.365,76	COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S.A.:	r\$ 453.497,47
	INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A. :	R\$ 23.868,29
INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA Crédito total: R\$ 1.985.356,65	COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S.A.:	R\$ 1.886.088,82
	INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A. :	R\$ 99.267,83

91. Instadas a se manifestar, em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas concordaram com o pleito, afirmando que, de fato, a integralidade do crédito foi listado em favor da Indorama, sem se considerar o acionamento do contrato de seguro de crédito.

92. Diante do exposto, essa Administração Judicial acolhe a habilitação, para que o crédito listado no primeiro Edital em face de Indorama, na classe III (quirografários), pelo total de R\$ 3.834.265,36 (três milhões oitocentos e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), passe a constar da forma descrita no quadro colacionado ao item 88 desta análise.

## III.2.g Far Eastern New Century Corporation

93. A Far Eastern New Century Corporation apresentou divergência de crédito a essa Administração Judicial, através de correio eletrônico, na qual requer que seu crédito listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 1.657.370,88 (um milhão seiscentos e setenta e cinco mil trezentos e setenta reais e oitenta e oito centavos), em face da Resin, passe a constar na quantia de US\$ 306.240,00 (trezentos e seis mil duzentos e quarenta dólares norte-americanos).

94. Em suas razões, a credora afirma que *toda a contratação com as Recuperandas foi realizada considerando que os pagamentos seriam efetuados em dólares norte-americanos, e não em reais.*

95. Nessa linha, aduz que o art. 50, §2º, da LRF, é expresso quanto à necessidade de se preservar a variação cambial como parâmetro de indexação da obrigação a que corresponde, motivo pelo qual seu crédito deve ser mantido na lista de credores como dólares-americanos.

96. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com a divergência apresentada.

97. Este Administrador Judicial, como já exposto neste petição, entende não haver dúvidas quanto à possibilidade do pleito formulado pelo credor, a teor do Parágrafo Único do art. 38 da LRF.

98. Assim, essa Administração Judicial acolhe a divergência, para que o crédito listado em favor de Far Eastern New Century Corporation passe a constar no valor de US\$ 306.240,00 (trezentos e seis mil duzentos e quarenta dólares norte-americanos), mantida a classe III (quirografário).

### **III.2.h Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Delta NP**

99. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Delta NP, através de correio eletrônico, na qual requer que seu crédito listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$427.343,17 (quatrocentos e vinte e sete mil trezentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), seja majorado para a quantia de R\$ 474.698,74 (quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).

100. Em suas razões, afirma que em 25 de janeiro de 2022 celebrou com a Recuperanda Riopet um contrato de cessão de crédito, por meio do qual foram realizadas operações consubstanciadas na antecipação de recebíveis.



# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

101. Na sequência, elucida que a Riopet emitia duplicatas mercantis contra sacados com quem mantinha relações comerciais e, assim, transferia os seus direitos creditórios ao FIDC Delta, como forma de antecipar as suas receitas futuras.

102. Aduz que, através de Termos de Cessão, firmados em 25 de julho de 2022 e 17 de agosto de 2022, os direitos creditórios consubstanciados nas duplicatas mercantis abaixo elencadas foram negociados entre as partes, passando o FIDC Delta a ser o titular de forma definitiva dos títulos, e, portanto, o único e legítimo destinatário dos pagamentos.

Termo de Cessão	Duplicata	Vencimento	Valor no Vencimento
2663656	55506/003	07.10.2022	R\$ 50.277,50
2663656	55507/003	07.10.2022	R\$ 50.277,50
2663656	55506/004	21.10.2022	R\$ 50.277,50
2663656	55507/004	21.10.2022	R\$ 50.277,50
2667247	55583/002	28.09.2022	R\$ 28.576,28
2667247	55583/003	12.10.2022	R\$ 28.576,28
2667247	55583/004	26.10.2022	R\$ 28.576,26
2677125	55934/001	02.10.2022	R\$ 35.126,09
2677125	55934/002	16.10.2022	R\$ 35.126,09
2677125	55934/003	30.10.2022	R\$ 35.126,09
2677125	55934/004	13.11.2022	R\$ 35.126,08

103. Prossegue no afirmar de que, nas datas de vencimento ajustadas, as duplicatas deixaram de ser liquidadas, totalizando o saldo devedor em aberto de R\$427.343,17 (quatrocentos e vinte e sete mil trezentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), que, atualizado na forma do contrato firmado com a Riopet, perfaz a quantia ora requerida de R\$ 474.698,74 (quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).

104. Para instruir a divergência, o credor apresentou Contrato de Fomento, Termo de Cessão e Duplicatas, bem como planilha de cálculo atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, isto é, 18 de novembro de 2022, restando cumprido o art.9º, II e III, da LRF.

105. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com a divergência apresentada, ressaltando que no momento de apresentação da relação de credores não haviam sido concluídos os cálculos referentes aos juros e à multa sobre a operação realizada com o FIDC Delta.



106. Ante o exposto, esse Administrador Judicial acolhe a divergência, para que o crédito listado na classe III (quirografários) em favor do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Delta NP seja majorado para a quantia de R\$474.698,74 (quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).

### III.2.i Fundo de Investimento em Direitos Creditórios XPCE Crédito Middle

107. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios XPCE Crédito Middle apresentou divergência de crédito, através de correio eletrônico, na qual requer que o crédito listado em nome de BMP Money Plus Sociedade de Crédito, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 2.031.606,24 (dois milhões trinta e um mil seiscentos e seis reais e vinte e quatro centavos), passe a constar em seu favor.

108. Em suas razões, afirma que a Recuperanda Riopet emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 14303107, na data de 10 de agosto de 2022, em favor do BMP Money Plus, por meio da qual foi disponibilizada a quantia de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento em 10 de setembro de 2022.

109. Aduz que o crédito oriundo da citada CCB foi integralmente transferido ao Fundo XPCE, através de *instrumentos de transferência de cédula de crédito bancário por endosso*, o que comprova a sua legitimidade ativa, em substituição ao credor originário.

110. As Recuperandas se manifestaram em contraditório administrativo, via *e-mail*, opinando pela rejeição da divergência, em razão da não apresentação de documento essencial, qual seja, o termo de cessão de crédito.

111. O que comprovaria a transferência de titularidade alegada, e a consequente substituição processual. São os termos do referido instrumento de endosso, *in verbis*:

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº: 14303107

EMITENTE: RIOPET EMBALAGENS S.A.

DATA DE EMISSÃO: 09/08/2022

VALOR DO CRÉDITO: R\$ 2.031.606,24 (dois milhões, trinta e um mil, seiscentos e seis reais e vinte e quatro centavos)

ENDOSSANTE: BMP MONEY PLUS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob nº 34.337.707/0001-00, com sede na Av. Paulista, 1765, 1º andar, CEP 01311-200, São Paulo, SP, neste ato, representada na forma do seu Estatuto Social.

ENDOSSATÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS XPCE CRÉDITO MIDDLE, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 31.216.519/0001-35, administrado e, neste ato, representado na forma de seu regulamento pela VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, com sede na R. Gilberto Sabino, 215, conjunto 41, sala 2, CEP 05425-020, São Paulo, SP.

**ENDOSSO:** O ENDOSSANTE, neste ato, transfere, sem coobrigação, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos direitos creditórios representados pela CCB ao ENDOSSATÁRIO. Por meio do presente endosso, o ENDOSSATÁRIO assume automaticamente a qualidade de credor da CCB, passando a ser o titular de todos os direitos e obrigações dela decorrentes. Este endosso

112. Nesse sentido, essa Administração Judicial verificou que a divergência foi instruída com a CCB nº 14303107 e o instrumento de endosso anexo à CCB nº 14303107, que comprova a transferência dos direitos creditórios atinentes à CCB ao Fundo XPCE.

113. Diante do exposto, esse Administrador Judicial acolhe a divergência apresentada, para que o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios XPCE Crédito Middle passe a constar na classe III (quirografários), com crédito no valor de R\$2.031.606,24 (dois milhões trinta e um mil seiscentos e seis reais e vinte e quatro centavos), **excluindo-se o BMP Money Plus Sociedade de Crédito**.

## III.2.j Globalpack Plasticase Embalagens Plásticas S/A

114. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Globalpack Plasticase Embalagens Plásticas S/A, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 20.671.940,68 (vinte milhões, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos), requerendo seja retificado para a quantia de R\$3.207.763,46 (três milhões, duzentos e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos).

115. Em suas razões, afirma, em síntese, que seu crédito está parcialmente quitado desde 22 de setembro de 2022, em razão da compensação de títulos entre a Globalpack e a Riopet em data anterior ao pedido de recuperação judicial.

116. Elucida que a Riopet fez uma considerável quantidade de remessas e faturamentos de insumos e pré-formas com vícios de qualidade, que foram registrados em laudos técnicos, e, nessa linha, afirma que em setembro de 2022 formalizou uma transação com a Riopet, *com uma série de declarações, obrigações e quitações de créditos e débitos existentes até aquela data entre as partes*.

117. A divergência foi instruída com atas de reunião, notificações extrajudiciais e cópias de ações declaratórias ajuizadas em face da Riopet.

118. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram discordância à divergência apresentada, afirmando, em suma, que não seria possível considerar as notas referentes à devolução de produtos, para fins de compensação, na apuração do valor a ser listado na relação de credores, uma vez que o crédito, por ser inequivocadamente concursal, será adimplido nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

119. As Recuperandas afirmam, ainda, que não estão presentes os requisitos legais para compensação, conforme previsão nos artigos 368 e seguintes do Código Civil, eis que, para haver compensação, ambas as dívidas precisariam ser líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, na forma do art. 369 do aludido diploma legal.

120. Sustentam, também, que o ‘Quadro Sumário’, apresentado em conjunto com a ‘Ata de Reunião’ pela credora, para fins de arrimar a divergência, possui traços que ensejam sua nulidade, a saber, a “(i) ausência de assinatura de 2 (dois) Diretores da Riopet; e (ii) ausência de assinatura de 2 (dois) Diretores da Globalpack, além de não possuir qualquer menção à equipe financeira/contábil das empresas ou, ainda, o anexo das referidas Notas, com respectivos canhotos, etc.”

121. Também alegam a irregularidade na representação da própria Recuperanda, fortes na tese de que seria necessária a representação de dois diretores, ou mesmo um diretor em conjunto com um procurador, com poderes especiais, para firmar tal documento.

122. Da análise das atas de reunião, que ladearam a divergência, consta a informação de compensação dos valores de R\$ 10.375.049,72 (dez milhões trezentos e setenta e cinco mil quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) e R\$7.089.127,50 (sete milhões oitenta e nove mil cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos), que totalizam R\$ 17.464.177,22 (dezesete milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil cento e setenta e sete reais e vinte e dois centavos), decorrentes da devolução de mercadorias.

123. É oportuno colacionar trechos dos instrumentos apresentados, que, em tese, confirmariam o ajuste havido entre as partes no sentido da compensação dos referidos valores. Vejamos:

→ A RIOPET admite que vistoriou os produtos faturados abaixo e reconhece que foram entregues à GLOBALPACK, conforme as Notas Fiscais Faturas abaixo, avariados e com vícios, defeitos e diferenças de qualidade, vale dizer fora de conformidade pelos motivos de ordem técnica elencados nesta ata e nas NNCRs (Notificação de Não Conformidade no Recebimento) acima listadas, não sendo possível repará-los, corrigi-los e nem substituí-los. Em sequência, e nos prazos acima, a GlobalPack emitirá Notas de Devolução colocando estes produtos à disposição para que a RIOPET os retire, na condição "Ex-Works Inconterms 2.020", no estabelecimento da Globalpack.

Com base no Art. 8º, I e II da Lei 5.474/68 e para todos os efeitos, as faturas originais abaixo relacionadas estão canceladas e nada mais poderá ser exigido da GlobalPack, além dos produtos a serem retirados pela RIOPET.

[...]

→ A RIOPET e a GLOBALPACK possuem faturas ou saldo de faturas em aberto entre si, reconhecendo reciprocamente a existência de débitos e créditos compensáveis, nos termos do Artigo 368 do Código Civil, conforme a RELAÇÃO ABAIXO.

Sendo assim, as Notas Fiscais Faturas abaixo relacionadas são consideradas reciprocamente PAGAS e QUITADAS, por compensação, para nada mais reclamar ou exigir uma das outras como sacados, a qualquer título.

124. Não obstante, considerando os elementos disponíveis e a impugnação levantada pela Recuperanda, pode-se verificar que a questão se apresenta complexa e de alta indagação, sendo certo que faltam elementos, na estreita sede administrativa, para validar, sem espaço para dúvidas, a pretendida compensação, circunstância que, em tese, recomenda a remessa das partes à fase judicial de análise do crédito, caso queiram.

125. Assim, diante do exposto, rejeita-se a divergência, mantendo-se em favor de Globalpack Plasticase Embalagens Plásticas S/A o crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 20.671.940,68 (vinte milhões, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos), na forma da fundamentação.

**III.2.1 Itaú Unibanco S/A**

126. O Itaú Unibanco S/A. apresentou divergência de crédito a essa Administração Judicial, através de correio eletrônico, na qual requer a retificação dos créditos listados no primeiro Edital, nos valores de R\$ 36.625.414,39 (trinta e seis milhões seiscientos e vinte e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e trinta e nove centavos), em face da Riopet Embalagens S/A e R\$ 3.382.424,78 (três milhões trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), em face da Resin Plásticos Ltda.

127. Em suas razões, o Itaú afirma que seu crédito decorre dos seguintes contratos: (i) convênio para desconto rotativo de títulos, cessão de crédito e cobrança com a Riopet; (ii) duas Cédulas de Crédito Bancário para abertura de crédito em conta com a Riopet; (iii) Cédula de Crédito Bancário para abertura de crédito em conta corrente com a Resin; (iv) Cédula de Crédito Bancário – empréstimo para capital de giro com a Resin; e (v) Cédula de Crédito Bancário – capital de giro garantido por duplicata nº 30980 – 00000379723612, com a Resin.

128. O Banco credor aduz que o crédito originário da CCB nº 30980 – 00000379723612 é garantido por cessão fiduciária de duplicata, motivo pelo qual não se submete aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

129. Afirma, ainda, que os valores relativos aos 03 (três) contratos celebrados com a Riopet, quais sejam, um convênio para desconto de títulos e duas cédulas de crédito bancário, atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, 18 de novembro de 2022, correspondem, respectivamente, à R\$ 11.238.750,79 (onze milhões duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos), R\$152.416,10 (cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e dezesseis reais e dez centavos) e R\$ 101.928,00 (cento e um mil novecentos e vinte e oito reais), que totalizam o saldo devedor de R\$ 11.493.094,89 (onze milhões quatrocentos e noventa e três mil noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos).

130. Quanto às cédulas de crédito bancário vinculadas à Resin, afirma que os valores atualizados até a data do pedido de recuperação judicial correspondem à R\$221.037,78 (duzentos e vinte e um mil trinta e sete reais e setenta e oito centavos) e R\$ 2.211.601,01 (dois milhões duzentos e onze mil seiscientos e um reais e um centavo),

totalizando o saldo devedor de R\$ 2.432.638,79 (dois milhões quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos).

131. Ao final, o Banco credor requer o acolhimento da divergência para excluir a Cédula de Crédito Bancário – capital de giro garantido por duplicata nº 30980 – 00000379723612 dos efeitos da recuperação judicial, eis que garantida por cessão fiduciária, bem como a correção dos valores listados na classe III (quirografários), de modo que conste o montante de R\$ 11.493.094,89 (onze milhões quatrocentos e noventa e três mil noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos) em face da Riopet, e de R\$2.432.638,79 (dois milhões quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) em face da Resin.

132. A divergência foi instruída com o convênio para desconto de títulos, com as cédulas de crédito bancário vinculadas à Resin, e com planilhas de débito.

133. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestam pelo não acolhimento do pedido de exclusão do crédito oriundo do contrato nº 30980 – 00000379723612 da recuperação judicial, por entender que a garantia fiduciária é inexistente, que suas disposições são extremamente genéricas, e que não houve o registro no domicílio da devedora.

134. Acerca da inexistência da garantia, as Recuperandas sustentam que, justamente por se tratar de recebíveis futuros, são direitos que ainda não existem, havendo mera expectativa de sua existência e, por decorrência lógica, mera expectativa de direito do Credor fiduciário.

135. Nesse sentido, afirmam que, *para fins de sujeição à Recuperação Judicial, os créditos garantidos por recebíveis futuros devem ser considerados concursais*, eis que, *como se sabe, o critério essencial para definição da concursalidade de um crédito é a sua existência na data do pedido de Recuperação Judicial conforme art. 49 da LRF*.

136. Acrescentam que o instrumento de garantia não descreve pormenorizadamente o seu objeto, contendo apenas previsão genérica de garantia de direitos creditórios, o que afastaria por completo a não submissão do crédito à recuperação judicial, na medida em que não é possível ao Banco excutir a pretensa garantia que lhe fora outorgada.



## MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

137. Ressaltam que, no contrato celebrado com o Itaú, não há sequer referência em relação ao ano, período, número ou qualquer outro critério identificador capaz de efetivamente diferenciar e individualizar a garantia ali prestada.

138. Sustentam, ainda, que não há no contrato nenhum elemento que identifique o registro dos instrumentos no domicílio da Resin, em Macuco-RJ, sendo certo que o registro se mostra fundamental também para que o contrato seja oponível perante terceiros, no caso os demais credores.

139. As Recuperandas afirmam que o Banco credor não apresentou as CCBs vinculadas à Riopet que menciona em sua divergência, razão pela qual não há possibilidade de comprovar as alegações suscitadas.

140. Nada obstante, informam que, em análise mais aprofundada, verificou-se que o crédito do Banco Itaú, em face da Riopet, listado no valor de R\$36.625.414,39 (trinta e seis milhões seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e trinta e nove centavos), deve ser majorado para a importância de R\$37.511.018,03 (trinta e sete milhões quinhentos e onze mil dezoito reais e três centavos), uma vez que, no momento de apresentação da relação de credores, não haviam sido concluídos os cálculos referentes aos juros e à multa sobre a operação realizada.

141. Destacam que a referida quantia é composta da seguinte forma:

Origem	Valor
Contrato 6378081	R\$ 26.017.923,14
Desconto de Duplicatas	R\$ 11.238.750,79
LIS	R\$ 254.344,10
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 37.511.018,03</b>

142. Por fim, quanto ao débito da Resin, informam que, em análise mais aprofundada, verificou-se a necessidade de retificar a quantia listada de R\$ 3.382.424,78 (três milhões trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), para que passe a constar R\$ 3.547.904,97 (três milhões quinhentos e quarenta e sete mil novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), composta pelos seguintes contratos:

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

Origem	Valor
CCB 30980	R\$ 1.115.266,18
FGI – Emp Capital de Giro	R\$ 2.211.601,01
Cheque Especial	R\$221.037,78
<b>Valor Total</b>	<b>RS3.547.904,97</b>

143. Em esmiuçada análise dos documentos que ladearam a presente divergência, essa Administração Judicial verificou que, de fato, não foram apresentadas as Cédulas de Crédito Bancário vinculadas à Recuperanda Riopet, mas, tão somente, o *Convênio para Desconto Rotativo de Títulos, Cessão de Créditos e Cobrança*.

144. Para além disso, verificou-se que as planilhas apresentadas pelo credor são de difícil intelecção, não se tratando de simples cálculo do crédito atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, nos moldes do art. 9º, II, da LRF, o que inviabiliza a análise perfeita do *quantum* devido.

145. Quanto ao pedido de exclusão do crédito originário do contrato nº 30980 – 00000379723612 dos efeitos da recuperação judicial, na forma do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, esse Auxiliar consigna que não foi apresentado o instrumento constitutivo da referida garantia, documento necessário à verificação de sua existência e validade.

146. Vale ressaltar que, consoante se observa do exceto abaixo, a cláusula 7.1 do contrato nº 30980 – 00000379723612, que trata da aludida garantia não identifica de forma adequada o seu objeto, o que torna ainda mais imperiosa a apresentação do respectivo instrumento constitutivo. Veja-se:

7. **Garantia** - Para garantir o o cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, inclusive moratórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pelo **Cliente** nesta Cédula e eventuais aditivos ou prorrogações ("Obrigações Garantidas"), o **Cliente** constitui em favor do **Itaú**, isolada ou cumulativamente, as seguintes garantias.

7.1 Cessão fiduciária dos direitos sobre os créditos entregues pelo **Cliente** ao **Itaú** para prestação de serviços de cobrança; ou cessão fiduciária, se os títulos representativos dos créditos forem entregues pelo **Cliente** endossados ao **Itaú**; e de quaisquer valores depositados ou que venham a ser depositados na(s) Conta(s) Vinculada(s), nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, com a redação dada pela Lei n.º 10.931/04, do Decreto Lei n.º 911/69 e posteriores alterações;



147. Ainda que assim não fosse, é certo que os recebíveis gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

148. Assim, nos parece correto manter o crédito oriundo da Cédula de Crédito Bancário nº 30980 – 00000379723612 na recuperação judicial, bem como majorar o total listado em favor do Banco Itaú, diante da informação prestada pela própria devedora, de que deixou de incluir juros e multa sobre as operações realizadas quando da apresentação da relação de credores.

149. Nessa ordem de ideias, esse Administrador Judicial rejeita o pedido de exclusão do contrato nº 30980 – 00000379723612 da recuperação judicial, e acolhe parcialmente a divergência, apenas para majorar o *quantum* listado, passando a constar o valor de R\$ 37.511.018,03 (trinta e sete milhões quinhentos e onze mil dezoito reais e três centavos), em face da Riopet, e de R\$ 3.547.904,97 (três milhões quinhentos e quarenta e sete mil novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), em face da Resin, ambos na classe III (quirografários).

### III.2.m Prime Energy Comercializadora e Prime Energy Consultoria

150. Trata-se de divergência de crédito apresentada, em conjunto, por Prime Energy Comercializadora e Prime Energy Consultoria, através de correio eletrônico, na qual manifestam discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelos valores de R\$ 222.526,35 (duzentos e vinte e dois mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos) e R\$ 151.207,24 (cento e cinquenta e um mil duzentos e sete reais e vinte e quatro centavos), respectivamente.

151. Nesse sentido, afirmam que os valores corretos correspondem à R\$246.230,86 (duzentos e quarenta e seis mil duzentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), devido a Prime Energy Comercializadora, e R\$ 57.063,83 (cinquenta e sete mil sessenta e três reais e oitenta e três centavos), devido a Prime Energy Consultoria, tendo instruído a divergência com planilha de débitos em excel.

152. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com a divergência, ressaltando que o serviço prestado no mês de novembro de 2022 foi faturado somente em dezembro, ao passo que a relação de credores foi apresentada em momento anterior, a saber, 30 de novembro de 2022.

153. Afirmam, ainda, que o pedido de recuperação judicial ocorreu em 18 de novembro de 2022, de modo que as notas fiscais foram fracionadas pelas requerentes em 02 (duas) partes, sendo uma referente ao período anterior ao pedido de recuperação e outra relativa ao momento posterior.

154. Ante o exposto, essa Administração Judicial acolhe a divergência, para que a Prime Energy Comercializadora, CNPJ nº 12.809.025/0001-10, passe a constar na relação de credores pelo valor de R\$ 246.230,86 (duzentos e quarenta e seis mil duzentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), e a Prime Energy Consultoria, CNPJ nº 17.040.615/0001-44, pelo valor de R\$ 57.063,83 (cinquenta e sete mil sessenta e três reais e oitenta e três centavos), mantida a classe III (quirografários).

### III.2.n RSC Transportes EIRELI

155. Trata-se de divergência de crédito apresentada por RSC Transportes EIRELI, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 159.552,00 (cento e cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e dois reais), em face da Riopet, afirmando que a quantia correta corresponde à R\$ 196.940,91 (cento e noventa e seis mil novecentos e quarenta reais e noventa e um centavos).

156. A divergência foi instruída com um *relatório de conhecimento de transporte e trocas de e-mail*.

157. As Recuperandas se manifestaram em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, oportunidade em que elucidaram que no momento de apresentação da relação de credores não haviam sido considerados os conhecimentos de transporte eletrônicos relativos à operação realizada, que eram referentes à período anterior ao pedido de recuperação judicial, razão pela concordaram com a divergência apresentada.

158. Ante o exposto, acolhe-se a divergência, para que o crédito listado em favor de RSC Transportes EIRELI seja retificado para o valor de R\$ 196.940,91 (cento e noventa e seis mil novecentos e quarenta reais e noventa e um centavos), mantida a classe III (quirografário).

### III.2.o True Securitizadora S/A

159. Trata-se de divergência de crédito apresentada por True Securitizadora S/A, através de correio eletrônico, na qual afirma possuir crédito extraconcursal em face da Recuperanda Riopet Embalagens S/A, no valor de R\$ 32.802.133,21 (trinta e dois milhões oitocentos e dois mil cento e trinta e três reais e vinte e um centavos).

160. Em suas razões, aduz que o referido crédito decorre de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), lastreados por Cédula de Crédito Imobiliário (“CCI”), emitida por Elevapet Administradora de Bens Ltda.

161. Nesse sentido, elucida que a Elevapet, credora listada na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 172.432,42 (cento e setenta e dois mil quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), celebrou com a Riopet um contrato de locação atípica, na modalidade *sale and leaseback*, por meio da qual alugou para a Recuperanda os imóveis de matrícula nº 45.625, nº 45.626, nº 45.627 e nº 45.628, do 1º RGI de Nova Iguaçu-RJ, pelo valor mensal de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

162. Acrescenta que, para representar os créditos imobiliários oriundos do contrato de locação, incluído juros, penalidades, multas e garantias, a Elevapet emitiu uma CCI, de modo que, em seguida, celebrou junto a Riopet, na qualidade de fiadora, e a True, um contrato de cessão de crédito, por meio da qual a Elevapet cedeu à True os créditos descritos na CCI, vinculados à operação de securitização que originou os CRIs.

163. Sustenta que, conforme a cláusula 5.2. do contrato de cessão, a Riopet se obrigou, como devedora solidária, a cumprir todos os compromissos assumidos no referido contrato, entre eles o de pagar o saldo devedor atualizado dos CRIs, no valor de R\$ 32.802.133,21 (trinta e dois milhões oitocentos e dois mil cento e trinta e três reais e vinte e um centavos).

164. Aduz, ainda, que, nos termos da cláusula 4.2. do contrato de cessão, essa obrigação está garantida por alienação fiduciária dos imóveis de propriedade da Elevapet, envolvidos na locação atípica, circunstância que, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, resultaria na extraconcursabilidade do crédito.

165. Nessa ordem de ideias, requer a retificação da relação de credores, com o fim de **incluir** o crédito no valor de R\$ 32.802.133,21 (trinta e dois milhões oitocentos e dois mil cento e trinta e três reais e vinte e um centavos) em seu favor, na qualidade de credora extraconcursal, e de **excluir** o crédito listado em favor da Elevapet, caso tenha relação com o citado contrato de locação atípica, tendo em vista que a Elevapet não é detentora dos créditos imobiliários oriundos desse título.

166. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestam pelo acolhimento parcial da divergência, apenas para incluir o crédito no valor de R\$ 32.802.133,21 (trinta e dois milhões oitocentos e dois mil cento e trinta e três reais e vinte e um centavos) em favor da True Securitizadora S/A, na classe III (quirografários).

167. Quanto à alegada extraconcursabilidade do crédito, as Recuperandas aduzem que o §3º do art. 49 da Lei de regência não menciona de forma expressa “os titulares de créditos cedidos fiduciariamente”, sendo certo que, como o referido parágrafo trata de uma exceção à regra de que todos os credores se sujeitam à recuperação judicial, sua interpretação deve ser restritiva, de modo a não permitir a aplicação da exceção para hipóteses que não estejam previstas expressamente na Lei.

168. Afirmam, ainda, que, em respeito ao princípio da preservação da empresa e, em vista da parte final do art. 49, §3º, da LRF, deve ser declarada a concursabilidade do crédito da requerente, por se tratar de bem de capital essencial as suas atividades.

169. Acrescentam, ademais, que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, além de contrária ao princípio de preservação da atividade empresarial, importaria em flagrante privilégio ao credor, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.

170. Pois bem. A despeito das Recuperandas terem se referido à cessão fiduciária de direitos creditórios como sendo o objeto de garantia do crédito em voga, afirmando que *o titular de créditos cedidos fiduciariamente não se esquadra na exceção prevista no art. 49, §3º*, essa Administração Judicial, da esmiuçada análise dos documentos que instruíram a divergência, verifica que, na verdade, o crédito da True Securitizadora foi garantido por alienação fiduciária de imóveis.

171. Nada obstante o enquadramento da alienação fiduciária de bem imóvel na regra prevista no art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, que culminaria na não submissão do crédito garantido ao concurso de credores, **no presente caso o bem objeto da garantia consiste no imóvel onde funciona a sede das Recuperandas**, isto é, na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Bairro Carolina, Nova Iguaçu-RJ, CEP nº 26.012-840, objeto das matrículas nº 45.625, 45.626, 45.627 e 45.628.

172. Dessa forma, resta claro que a referida garantia recaiu sobre bem essencial à atividade empresarial das Recuperandas, de modo que a sua retirada poderia culminar no insucesso deste projeto de soerguimento, em benefício de um único credor, e flagrante prejuízo de toda a coletividade de credores.

173. Diante disso, concluindo-se que a garantia recaiu sobre bem imprescindível à manutenção das atividades das Recuperandas, sendo imperioso, ainda, se atentar à função social que estas exercem, se faz necessário reconhecer a submissão do crédito titularizado pela True Securitizadora à recuperação judicial, e determinar a sua inclusão na respectiva classe de credores.

174. Por fim, quanto ao crédito listado em favor da Elevapet, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 172.432,42 (cento e setenta e dois mil quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), essa Administração Judicial entende que só pode ser objeto de divergência pela própria Elevapet, ou pelas Recuperandas, o que não ocorreu, motivo pelo qual será mantido tal como constou no primeiro Edital.

175. À vista do exposto, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas.

176. De modo que acolhe parcialmente a divergência, para incluir o crédito da True Securitizadora S/A na classe III (quirografários), pela importância de R\$ 32.802.133,21 (trinta e dois milhões oitocentos e dois mil cento e trinta e três reais e vinte e um centavos).

### III.2.p Banco de Lage Landen S/A

177. Trata-se de divergência de crédito apresentada, através de correio eletrônico, pelo Banco de Lage Landen S/A, credor listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 2.546.718,54 (dois milhões quinhentos e quarenta e seis mil setecentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos), na qual requer seja reconhecida a extraconcursalidade do referido crédito, com a consequente exclusão da relação de credores, nos termos do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

178. Requer, alternativamente, caso não se entenda pela extraconcursalidade, seja o crédito majorado para o montante de R\$ 3.633.114,62 (três milhões seiscentos e trinta e três mil cento e quatorze reais e sessenta e dois centavos).

179. O Requerente aduz que, em 31 de julho de 2018 celebrou com a Recuperanda Riopet o Contrato de Arrendamento Mercantil nº 571700, tendo por objeto uma máquina injetora Hypet 300 4.0, pelo valor histórico de R\$ 8.249.07,82 (oito milhões duzentos e quarenta e nove mil dezessete reais e oitenta e dois centavos).

180. Afirma que o referido contrato sofreu aditamento, sem cunho novatório, na data de 22 de maio de 2020, e anexa à divergência o contrato nº 571700, o aditamento em questão e demonstrativo de cálculo.

181. Nesse sentido, sustenta que na recuperação judicial os direitos do arrendador mercantil não podem ser suspensos, eis que, ao considerar a posse dos bens, direta ou indireta, bem como a conservação do bem objeto de leasing, entende-se que são direitos assegurados ao credor pela Lei e pelo contrato,

182. Em sede de contraditório administrativo, realizado via *e-mail*, as Recuperandas informaram que o bem objeto do contrato de arrendamento mercantil faz parte da sua linha de produção, tratando-se, portanto, de bem essencial para o pleno exercício de sua atividade empresarial.

183. Elucida, nessa linha, que, para poder exercer sua atividade econômica de forma plena e organizada, precisa de máquinas específicas para transformar a matéria-prima no produto final que origina todo o lucro necessário à sua subsistência e soerguimento.

184. Assim, de acordo com as Recuperandas, excutir a suposta garantia, e, por conseguinte, apreender o maquinário em questão, impediria a regular prestação de seus serviços, dada a sua flagrante essencialidade nas operações.

185. Destacam que a máquina injetora se encontra listada no *laudo de avaliação de ativos* que instrui o plano de recuperação judicial, ressaltando que o referido bem é indispensável à manutenção das suas atividades.

186. Nada obstante a discordância quanto ao pedido de reconhecimento da extranconcursabilidade, com a exclusão do crédito do concurso de credores, as Recuperandas pugnaram pelo acolhimento do pedido de majoração, para que passe o constar a importância de R\$ 3.633.114,62 (três milhões seiscentos e trinta e três mil cento e quatorze reais e sessenta e dois centavos).

187. Da esmiuçada análise da presente divergência, quer parecer a essa Administração Judicial que o bem objeto do contrato de arrendamento nº 571700 é utilizado pela Riopet no desenvolvimento de sua principal atividade, qual seja, fabricação de embalagens de material plástico.

188. Dessa forma, forçoso concluir que a sua retirada implicaria da paralisação da referida atividade, com prejuízo à execução do próprio plano de recuperação, e, desfavorecendo, via de consequência, a coletividade de credores, em benefício de um único, o que não pode, de modo algum, prevalecer.

189. Quanto ao pleito de majoração do valor do crédito, esse Administrador Judicial entende que merece ser acolhido, tendo em vista a apresentação de planilha de cálculo, e considerando, ainda, que a própria devedora manifestou concordância.

190. À vista do exposto, o Administrador Judicial reitera o entendimento exposto nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas, pelo que acolhe parcialmente



a divergência, apenas para majorar o valor do crédito listado no primeiro Edital, passando a constar a importância de R\$ 3.633.114,62 (três milhões seiscentos e trinta e três mil cento e quatorze reais e sessenta e dois centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.q Caixa Econômica Federal

191. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela Caixa Econômica Federal, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelos valores de R\$17.989.081,23 (dezessete milhões novecentos e oitenta e nove mil oitenta e um reais e vinte e três centavos), em face da Riopet Embalagens S/A, R\$ 3.415.151,50 (três milhões quatrocentos e quinze mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), em face de Injetrio Indústria de Plástico Ltda. e R\$ 2.375.757,55 (dois milhões trezentos e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) em face da Resin Plásticos Ltda.

192. Em suas razões, a CEF afirma que é credora da Riopet pelo valor total de R\$ 18.383.475,75 (dezoito milhões trezentos e oitenta e três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, originário dos contratos nº19.4263.737.000150-32 e nº4263.003.0000001015/0, ambos garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios de duplicatas.

193. Com relação à Injetrio, aduz ter firmado o contrato nº19.4263.737.0000110/45, igualmente garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de duplicatas, cujo saldo devedor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial alcança o montante de R\$ 3.365.538,43 (três milhões trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos).

194. Por fim, alega que seu crédito em face da Resin decorre do contrato nº19.4263.737.0000075/28, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios sobre duplicatas, cujo saldo devedor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial alcança o montante de R\$ 2.559.715,90 (dois milhões quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e quinze reais e noventa centavos).

195. Nesse sentido, pugna pela retificação dos valores listados, bem como seja reconhecida a extraconcursabilidade dos créditos, com base no disposto no art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, haja vista a existência de garantia fiduciária.

196. Com o fim de instruir a divergência, o credor apresentou os contratos celebrados com as Recuperandas, termos de constituição de garantia, bem como planilha de débito.

197. Na ocasião do contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com os valores apresentados pela CEF, discordando, contudo, do pedido de reconhecimento de extraconcursabilidade do crédito.

198. Nessa linha, afirmam que a garantia não restou especificada, eis que não houve a descrição pormenorizada de seu objeto, sendo este um requisito essencial para a sua validade. As Recuperandas ainda ressaltam que as garantias descritas no contrato em questão são de tamanha simplicidade, com previsão contratual completamente genérica, não havendo qualquer especificação acerca dos títulos objeto da garantia, o que tem o condão de afastar por completo a não submissão do crédito à recuperação judicial.

199. Acrescentam que o objeto da garantia consiste em recebíveis futuros, que, justamente por serem futuros, são direitos ainda não existentes, havendo mera expectativa de sua existência, e, por decorrência lógica, mera expectativa de direito do credor fiduciário.

200. Ademais, destacam que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios da relação de credores seria inviável, diante da falta de formalidade quanto à constituição da garantia, importando, ainda, em flagrante privilégio ao Credor instituição financeira, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.

201. Por fim, as Recuperandas esperam que o crédito da CEF seja mantido na relação de credores, viabilizando assim o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, de sorte que a referida instituição financeira receba seu crédito coletivamente junto aos demais credores do plano.

202. A análise dos documentos que lastreiam a divergência permite atestar que os *termos de constituição de garantia* atinentes aos contratos nº194.4263.003.00001015-0, 19.4263.737.0000110-45 e 19.4263.737.0000150/32 têm como objeto direitos creditórios de duplicatas, não relacionadas nos respectivos instrumentos.

203. Com efeito, a descrição do objeto da garantia, com os elementos indispensáveis à sua identificação, é requisito essencial à sua constituição, o que não se verifica no presente caso em relação às duplicatas, a redundar na submissão do crédito à recuperação judicial.

204. Para além disso, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

205. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que acolhe parcialmente a divergência Caixa Econômica Federal, tão somente retificar os valores listados, tendo em vista a concordância da parte devedora, passando a constar a quantia de R\$ 18.383.475,75 (dezoito milhões trezentos e oitenta e três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), em face da Riopet, R\$3.365.538,43 (três milhões trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos), em face da Injetrio, e R\$ 2.559.715,90 (dois milhões quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e quinze reais e noventa centavos), em face da Resin, todos pertencentes à classe III (quirografários).

### III.2.r Banco Fibra S/A

206. Trata-se de divergência de crédito apresentada, através de correio eletrônico, pelo Banco Fibra S/A, credor listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 18.801.765,19 (dezoito milhões oitocentos e um mil setecentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos), na qual requer seja reconhecida a extraconcursalidade do crédito oriundo do Contrato nº 0196922, com a consequente exclusão da recuperação judicial, com fulcro no art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

207. Requer, ainda, seja mantido o crédito originário do Contrato nº 241921 na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 528.078,46 (quinhentos e vinte e oito mil setenta e oito reais e quarenta e seus centavos), atualizado nos termos do art. 9º, II, da LRF.

208. Nesse sentido, afirma que celebrou com a Recuperanda Riopet o contrato consubstanciado na Cédula de Crédito Bancário nº 0196922, no valor de R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), que restou garantido por cessão fiduciária de duplicatas, direitos em conta vinculada e aplicação financeira, fato que resultaria na sua não submissão ao concurso de credores, com base no art. 49, §3º, da LRF.

209. O Banco credor assevera que não seria possível dizer que as referidas garantias não teriam preenchido aos requisitos de validade com respectivo registro, uma vez que o e. Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre a regra do art. 49, §3º, considerando-a legítima e afirmando que os créditos bancários não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, mesmo na hipótese de o registro da garantia não ter ocorrido antes do pedido de recuperação.

210. Aduz, outrossim, que possui um crédito decorrente da Cédula de Crédito Bancário – Cheque Empresa nº 241921, cujo saldo devedor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial perfaz a quantia de R\$ 528.078,46 (quinhentos e vinte e oito mil setenta e oito reais e quarenta e seus centavos).

211. A divergência foi instruída com (i) a CCB nº 0196922; (ii) *Instrumento Particular de Constituição de Garantia Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Conta Vinculada*; (iii) *Convênio de Abertura de Limite de Crédito Para Contratação de Operações e Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Duplicatas nº CDP 0241721*; (iv) *Instrumento Particular de Constituição de Garantia Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras*; (v) cálculo do crédito que entende ser extraconcursal; (vi) CCB nº241921; (vii) extrato da conta vinculada; e (viii) cálculo do crédito que entende ser concursal.

212. Na ocasião do contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas aduziram que as garantias vinculadas ao contrato nº 0196922 não possuem validade e eficácia, uma vez que não pormenorizam o seu objeto.

213. Nessa linha, sustentam que *no contrato celebrado com o Banco Fibra, não há sequer referência em relação ao ano, período, número ou qualquer outro critério identificador capaz de efetivamente diferenciar e individualizar a garantia ali prestada.*

214. As Recuperandas afirmam, ainda, que os créditos garantidos por recebíveis futuros devem ser considerados concursais, tendo em vista que *o critério essencial para definição da concursalidade de um crédito é a sua existência na data do pedido de Recuperação Judicial conforme art. 49 da LRF.*

215. Sustentam, ainda em relação ao contrato nº 0196922, que não há comprovação de registro dos instrumentos de garantia no cartório competente, requisito fundamental para que o contrato seja oponível perante terceiros, o que também corroboraria a concursalidade do crédito em questão.

216. No que se refere ao crédito decorrente do contrato nº 241921, as Recuperandas reconhecem que merece ser retificado para o valor de R\$ 528.078,46 (quinhentos e vinte e oito mil setenta e oito reais e quarenta e seus centavos), de modo que passe o constar o montante total de R\$ 18.829.843,65 (dezoito milhões oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos) em favor do Banco credor, na classe III (quirografários).

217. Pois bem. De início, vale destacar que, a despeito do entendimento das Recuperandas quanto à necessidade de registro da garantia no cartório competente, consoante amplamente exposto nos “*critérios objetivos*” adotados por esse Administrador Judicial, o e. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro quando a garantia prestada consiste na cessão fiduciária de direito de crédito.

218. Nada obstante a desnecessidade de registro no presente caso, da análise da divergência e dos documentos que a instruem, esse Administrador Judicial pôde concluir que, embora aparentemente válidos os instrumentos de garantia vinculados à CCB nº 0196922, o seu objeto se consubstancia em direitos creditórios e recebíveis de duplicatas, recursos financeiros que se revelam bem de capital essencial, necessário à manutenção da fonte produtiva das Recuperandas, e ao emprego dos trabalhadores, o que impõe a submissão do aludido crédito à recuperação judicial.

219. Diante do exposto, essa Administração Judicial reitera o seu entendimento exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas, pelo que acolhe parcialmente a divergência, apenas para majorar o valor do crédito listado no primeiro Edital, diante da concordância da parte devedora, passando a constar a importância de R\$ 18.829.843,65 (dezoito milhões oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.s Banco Mercedes Benz do Brasil S/A

220. Trata-se de divergência de crédito apresentada, via correio eletrônico, pelo Banco Mercedes Benz do Brasil S/A, na qual requer a exclusão do crédito listado em seu favor, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 2.259.027,90 (dois milhões duzentos e cinquenta e nove mil vinte e sete reais e noventa centavos), por entender que não se sujeita à recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

221. Nesse sentido, afirma que celebrou operações com as Recuperandas, consubstanciadas nas 04 (quatro) Cédulas de Crédito Bancário abaixo listadas, todas garantidas por alienação fiduciária de bens móveis, que, por força do citado art. 49, §3º, não se submetem ao concurso de credores.

Cédulas	Data	Valor financiado	Forma de pagamento
1290173338	14/03/2018	R\$ 468.577,09	57 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 09/07/2018 e o último previsto para 09/03/2023.
1290201218	04/07/2019	R\$ 756.818,91	57 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 07/10/2019 e o último previsto para 07/06/2024.
1290262021	02/06/2021	R\$ 1.530,481,01	54 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 31/12/2021 e o último previsto para 31/05/2026.
1290265305	25/08/2021	R\$ 512.678,80	54 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 24/03/2022 e o último previsto para 24/08/2026

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

222. Aduz, ainda, que o crédito obtido pelas Recuperandas nessas operações foi destinado à aquisição dos bens discriminados na tabela abaixo, que foram entregues pelas Recuperandas ao Banco credor em alienação fiduciária, permanecendo àquelas na posse deles, a título precário e na qualidade de fiéis depositárias.

#	Cédulas	Bem financiado
1	1290173338	M. BENZ 2536S /36 AXOR 6X2 3e DIESEL 2P BÁSICO - 2017/2018 - PLACA LTI7049 - RENAVAL 01147370955 - CHASSI 9BM958444JB084695
2	1290201218	M. BENZ 2544 S/36 (Axor) 6X2 2P BÁSICO - 2019/2019 - PLACA LMX2I63 - RENAVAL 01200000169 - CHASSI 9BM958443KB134901 M. BENZ 2544 S/36 (Axor) 6X2 2P BÁSICO - 2019/2019 - PLACA LMX2I68 - RENAVAL 01200003907 - CHASSI 9BM958443KB135889
3	1290262021	M. BENZ 2544-LS/36 (Axor) 6X2 2P BÁSICO - 2021/2021 - PLACA RJO3J35 - RENAVAL 01267231340 - CHASSI 9BM958444MB217506 M. BENZ 2544-LS/36 (Axor) 6X2 2P BÁSICO - 2021/2021 - PLACA RJX3E28 - RENAVAL 01267232231 - CHASSI 9BM958444MB214866 M. BENZ 2544-LS/36 (Axor) 6X2 2P BÁSICO - 2021/2021 - PLACA RKO4A12 - RENAVAL 01267232584 - CHASSI 9BM958444MB223447
4	1290265305	M. BENZ 2536LS /36 AXOR 6X2 3e DIESEL 2P BÁSICO - 2021/2021 - PLACA RIX8F94 - RENAVAL 01275912289 - CHASSI 9BM958444MB230361

223. O Banco credor instruiu sua divergência com a Cédula de Crédito Bancário nº 1290173338, instrumentos de confissão para renegociação e aditamento da dívida, *prints* do sistema nacional de gravames, documentos de veículos, planilhas de cálculos e notificação extrajudicial.

224. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestam pela rejeição da divergência, e afirmam, de saída, que a garantia não foi regularmente constituída por meio do registro no cartório de títulos e documentos competente, não havendo que se falar, portanto, em extraconcursalidade.



225. Afirmam, para além disso, que não há nos contratos nenhum elemento que identifique o registro dos instrumentos no domicílio da parte devedora, em Nova Iguaçu-RJ, requisito fundamental para que o contrato seja oponível perante terceiros.

226. Por fim, as Recuperandas ressaltam que, para poder exercer sua atividade econômica de forma plena e organizada, necessitam de veículos capazes de transportar seus produtos, sendo o transporte rodoviário de cargas uma de suas principais atividades. Asseveram que os 07 (sete) veículos objeto da garantia em questão são essenciais às suas atividades, sendo certo que a retirada destes resultaria em drástica redução de sua frota, capaz de impactar significativamente na prestação de seus serviços, e, ocasionar uma possível falência.

227. Essa Administração Judicial promoveu a análise dos documentos que ladearam a presente divergência, tendo constatado, através dos *prints* do sistema nacional de gravames que o registro da alienação fiduciária foi realizado na repartição competente.

228. Nada obstante o cumprimento do sobredito requisito, é imperioso observar que a referida garantia recai sobre veículos destinados ao desenvolvimento de uma das principais atividades das Recuperandas, a saber, o transporte rodoviário de cargas, o que flagrantemente lhes tornam essenciais a manutenção de suas atividades, e seus eventuais recolhimentos desencadeariam expressiva diminuição de sua capacidade operacional.

229. Nessa ordem de ideias, esse Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas, pelo que rejeita a divergência do Banco Mercedes Benz do Brasil S/A, mantendo-se o crédito no valor de R\$ 2.259.027,90 (dois milhões duzentos e cinquenta e nove mil vinte e sete reais e noventa centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.t Banco Pine S/A

230. Trata-se de divergência de crédito apresentada, via correio eletrônico, pelo Banco Pine S/A, na qual requer seja declarado extraconcursal o crédito listado em

## MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

seu favor, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 1.200.887,59 (um milhão duzentos mil oitocentos oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), com a consequente exclusão da relação de credores, por entender que não se sujeita à recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

231. Requer, ainda, na hipótese de não ser verificada a alegada extraconcursalidade, seja o seu crédito retificado para a importância de R\$ 1.251.604,05 (um milhão duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e quatro reais e cinco centavos), afirmando ser este o montante com a correta aplicação dos encargos contratuais.

232. Em suas razões, aduz que firmou uma operação com a Recuperanda Riopet na data de 18 de maio de 2022, consubstanciada na Cédula de Crédito Bancário nº 7106280, cujo limite de crédito era de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios e/ou aplicação financeira referente à uma conta vinculada mantida junto ao Banco Pine.

233. Nesse sentido, aduz que a garantia corresponde à 100% (cem por cento) do valor da dívida em aberto, e que o respectivo instrumento foi levado a registro no cartório competente.

234. Na sequência, transcreve, *ipsis litteris*, o art. 49, §3º da Lei de regência, e ressalta que, estando a garantia fiduciária regularmente constituída, com os direitos creditórios cedidos devidamente registrados e individualizados em instrumentos próprios, dúvidas não restam que o crédito detido pelo Banco Pine detém natureza extraconcursal e não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

235. A divergência foi instruída com a CCB nº 7106280, termo de constituição de garantia, entradas por data de movimento – borderô – e planilha.

236. As Recuperandas se manifestaram em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, pugnando pelo acolhimento parcial da divergência, tão somente para majorar o crédito listado para a quantia de R\$ 1.251.604,05 (um milhão duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e quatro reais e cinco centavos).

237. Quanto à alegação de extraconcursalidade, as Recuperandas entendem não proceder, uma vez que os recebíveis futuros, justamente por serem futuros, são direitos ainda não existentes na data do pedido de recuperação judicial.

238. Ressaltam que, para fins de sujeição à recuperação judicial, os créditos garantidos por recebíveis futuros devem ser considerados concursais, considerando que o que define a concursalidade de um crédito é a sua existência na data do pedido de recuperação, conforme art. 49 da LRF.

239. Aduzem, ademais, que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, além de contrária ao princípio de preservação da atividade empresarial, importaria em flagrante privilégio ao Banco credor, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.

240. Da atenta análise dos documentos apresentados pelo Banco credor, quer parecer a essa Administração Judicial que a garantia, que se consubstancia em recebíveis de duplicatas, restou devidamente constituída.

241. Nada obstante, reverberando o posicionamento adotado por essa Administração Judicial, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

242. Assim, conclui-se pelo não acolhimento do pedido de declaração de extraconcursalidade do crédito em voga, sendo este mantido na relação de credores, acolhendo-se, tão somente, o pedido de retificação do *quantum* listado, tendo em vista a concordância da própria devedora.

243. Diante de todo o exposto, esse Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que acolhe parcialmente a divergência do Banco Pine S/A, tão somente para retificar o crédito, passando a constar o valor de R\$ 1.251.604,05 (um milhão duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e quatro reais e cinco centavos), na classe III (quirografários).

**III.2.u Banco Sofisa S/A**

244. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Sofisa S/A, através de correio eletrônico, na qual pretende retificar o crédito decorrente do contrato nº PAF08854-7, para que passe a constar a quantia de R\$ 800.180,68 (oitocentos mil cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos), bem como excluir dos efeitos da recuperação judicial o crédito oriundo do contrato nº PMT20293-0, este último nos termos do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

245. Em suas razões, o Sofisa expõe que teve seu crédito listado no primeiro Edital pelo montante de R\$ 12.138.824,78 (doze milhões cento e trinta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), decorrente dos contratos PAF08854 e PMT20293-0.

246. Nesse sentido, elucida que o contrato consubstanciado na Cédula de Crédito Bancário PAF08854-7, Empréstimo – Capital de Giro – FGI PEAC não possui o valor informado pelas Recuperandas, sendo muito inferior, e não se submete integralmente aos efeitos da recuperação judicial, em razão de possuir garantia de cessão fiduciária de duplicatas no percentual de 30% (trinta por cento).

247. Assim, aduz que o valor total do referido contrato corresponde à R\$1.700.180,68 (um milhão setecentos mil cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos), sendo que R\$ 800.180,68 (oitocentos mil cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos) é concursal, e R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) é extraconcursal.

248. Afirma, de igual sorte, que o contrato consubstanciado na Cédula de Crédito Bancário PTM20293-0 Empréstimo possui valor diferente daquele informado pelas Recuperandas, sendo muito inferior, e não se submete, sob nenhum aspecto, aos efeitos da recuperação judicial, haja vista possuir garantia fiduciária que abarca 100% (cem por cento) da dívida.

249. De acordo com o Sofisa, o valor contratado na CCB PTM20293-0 é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), estando em aberto, na data do pedido de recuperação judicial, isto é, 18 de novembro de 2022, apenas a quantia de R\$2.263.364,69 (dois milhões duzentos e sessenta e três mil trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

250. O Banco credor instruiu a divergência com os contratos nº PAF08854-7 e nº PMT20293-0, extratos e demonstrativos de operação.

251. Em contraditório administrativo via *e-mail*, as Recuperandas defenderam o não acolhimento da divergência, mantendo-se o crédito tal como listado.

252. Nessa linha, afirmam que a garantia não restou especificada, sendo este um requisito essencial a sua constituição. Aduzem ser imprescindível a descrição e individualização da garantia, sendo que no contrato celebrado com o Sofisa *não há sequer referência em relação ao ano, período, número ou qualquer outro critério identificador capaz de efetivamente diferenciar e individualizar a garantia ali prestada*.

253. Prosseguem no afirmar de que a referida garantia consiste em recebíveis futuros, estes que, justamente por serem futuros, ainda não existiam na ocasião do pedido de recuperação judicial, de modo que o crédito garantido por esse recebível futuro deve ser considerado concursal, nos termos do que preconiza o art. 49 da Lei 11.101/2005.

254. Aduzem que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, além de contrário ao princípio de preservação da atividade empresarial, importaria em flagrante privilégio ao Banco credor, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.

255. Da esmiuçada análise dos documentos que ladearam a divergência, verifica-se, de plano, que os “demonstrativos de operação”, representados pelos docs. 06 e 07, nos quais há indicação do valor do crédito na data do pedido de recuperação judicial, são de difícil inteligência, não se tratando de cálculo do crédito atualizado até a data do pedido, consoante determina o art. 9º, II, da LRF.

256. Para além da impossibilidade de aferir, de fato, o *quantum* devido em cada contrato, é certo que os valores gravados em garantia se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, podendo culminar no insucesso do presente projeto de soerguimento.

257. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, pelo que rejeita a divergência do Banco Sofisa S/A, mantendo-se o crédito tal como listado, no valor de R\$ 12.138.824,78 (doze milhões cento e trinta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), na classe III (quirografários).

### III.2.v Artemus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial

258. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Artemus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 2.679.303,80 (dois milhões seiscentos e setenta e nove mil trezentos e três reais e oitenta centavos), requerendo seja retificado para a quantia de R\$1.927.569,30 (um milhão novecentos e vinte e sete mil quinhentos e sessenta e nove reais e trinta centavos), na medida em que a quantia de R\$ 751.734,50 (setecentos e cinquenta e um mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) deve ser reconhecida como extraconcursal.

259. Em suas razões, o Fundo aduz que celebrou com a Recuperanda Riopet um contrato de cessão de crédito, na qual esta última lhe cedeu obrigações de títulos de crédito emitidos em seu favor.

260. Nesse sentido, elucida que ao longo dos anos de 2020 a 2022 as aludidas partes celebraram uma série de aditivos, nas quais a Riopet cedeu créditos futuros a receber, que em grande parte ou restaram inadimplidos pelos sacados ou foram pagos diretamente à Recuperanda.

261. Prossegue no afirmar de que as Recuperandas confessaram na exordial de seu projeto de soerguimento que receberam diretamente dos sacados SPAL e RIO DE JANEIRO REFRESCOS os créditos outrora cedidos ao Fundo, cujos valores somados perfazem o total de R\$ 751.734,50 (setecentos e cinquenta e um mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

262. Assenta que adquiriu onerosamente os recebíveis futuros que a Riopet receberia dos sacados SPAL e RIO DE JANEIRO REFRESCOS, de modo que, após o adiantamento dos créditos por parte do Fundo, deu-se a transferência da propriedade desses direitos creditórios.

263. Assim, ressalta que, por ocasião do julgamento do REsp 1.736.887/SP, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar caso idêntico a este, fixou o entendimento de que esses valores devem ser inseridos na classe extraconcursal, em razão de estarem fora do alcance dos efeitos da recuperação judicial.

264. Na instrução da divergência, o Fundo apresentou o contrato de cessão de crédito em questão, seus aditivos, duplicatas e demonstrativo de débito.

265. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestaram pela rejeição da divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, afirmando que a garantia consiste em recebíveis futuros, que, justamente por serem futuros, são direitos ainda não existentes.

266. As Recuperandas sustentam que nos casos de recebíveis futuros, no dia do pedido de recuperação judicial, estar-se-á diante de meras expectativas de créditos-direitos, os quais sequer ingressaram ainda no patrimônio do devedor (*ou seja, sequer existe a propriedade fiduciária de que trata o art. 49, §3º da Lei 11.101/2005*), concluindo-se, assim, que os créditos garantidos por recebíveis futuros no dia do pedido, não possuem garantia fiduciária constituída e, portanto, o crédito é sujeito à recuperação judicial.

267. Ressaltam, no mais, que em respeito ao princípio da preservação da empresa e, em vista da parte final do citado art. 49, § 3º, deve ser declarada a concursalidade do crédito do Fundo, por se tratar de bem de capital essencial à atividade das Recuperandas.

268. Asseveram que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, além de contrário ao princípio de preservação da atividade empresarial, importaria em flagrante privilégio ao Fundo, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.



269. Essa Administração Judicial, reverberando seu entendimento já amplamente exposto sobre o tema, ressalta que os valores gravados com cessão fiduciária se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional.

270. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas, rejeitando-se a divergência do Artemus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, e mantendo-se o valor de R\$ 2.679.303,80 (dois milhões seiscentos e setenta e nove mil trezentos e três reais e oitenta centavos), na Classe III (quirografários).

### III.2.x Sul Brasil FIDC ABE Multissetorial

271. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo FIDC Sul Brasil ABE Multissetorial, através de correio eletrônico, na qual requer a exclusão do seu crédito, listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 3.348.892,73 (três milhões trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos), dos efeitos da recuperação judicial, por entender que se trata de crédito extraconcursal.

272. Em suas razões, o Fundo argumenta que seu pleito está alicerçado na natureza do crédito, que consiste em recebíveis de créditos adquiridos por meio de *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios*, estes que, por sua vez, nos termos da Lei 9.514 combinados com a Lei 10.931 e o art. 49, § 3º da Lei 11.101/2005, detém natureza extraconcursal, ficando excluídos dos efeitos da recuperação judicial.

273. Afirma, no mais, que o montante do seu crédito alcança o total de R\$3.612.527,40 (três milhões seiscentos e doze mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), tendo instruído a divergência com os contratos firmados com a Riopet, termos de cessão e planilha de débitos.

274. As Recuperandas se manifestaram em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, afirmando que a garantia não restou regularmente constituída, tendo em vista a ausência de descrição e individualização, que permita sua fácil identificação.

275. Aduzem, ainda, que a garantia em questão consiste em recebíveis futuros, que, justamente por serem futuros, ainda não existiam na data do pedido de recuperação judicial.

276. Nesse sentido, entendem que, para fins de sujeição à recuperação judicial, os créditos garantidos por recebíveis futuros devem ser considerados concursais.

277. Ressaltam que, em respeito ao princípio da preservação da empresa, e em vista da parte final do citado art. 49, § 3º, deve ser declarada a concursabilidade do crédito do Fundo, por se tratar de bem de capital essencial à atividade das Recuperandas.

278. Asseveram que a exclusão do crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios, além de contrário ao princípio de preservação da atividade empresarial, importaria em flagrante privilégio ao Fundo, que poderia perseguir o seu crédito em apartado, retirando as receitas provenientes dos recebíveis cedidos em garantia da recuperação judicial, ferindo o princípio do *pars conditio creditorum*.

279. Por fim, se manifestam pela rejeição do pleito de exclusão do crédito, anuindo, contudo, com a retificação para o montante R\$3.612.527,40 (três milhões seiscentos e doze mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), indicado pelo credor.

280. Essa Administração Judicial, reverberando seu entendimento já amplamente exposto sobre o tema, ressalta que os valores gravados com cessão fiduciária se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional.

281. Dessa forma, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas,

destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade das Recuperandas, acolhendo-se parcialmente a divergência do FIDC Sul Brasil ABE Multissetorial, apenas para retificar o *quantum* listado, considerando a concordância da própria devedora, passando a constar o valor R\$3.612.527,40 (três milhões seiscentos e doze mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), na Classe III (quirografários).

### III.3 Classe IV – Créditos de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

#### III.3.a L M S Elétrica Ltda.

282. A L M S Elétrica Ltda. apresentou divergência de crédito, através de *e-mail*, informando que o valor do seu crédito corresponde à R\$ 4.947,00 (quatro mil novecentos e quarenta e sete reais).

283. Na instrução da divergência, o credor apresentou uma relação de 07 (sete) notas fiscais de compra e venda de mercadoria.

284. Na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram discordância a divergência apresentada, eis que o valor apontado pela credora condiz exatamente com àquele listado no primeiro Edital.

285. Nesse sentido, cumpre a essa Administração Judicial informar que assiste razão as Recuperandas, uma vez que a L M S Elétrica, de fato, já está listada pelo exato valor que apontou como devido.

286. Esse Auxiliar acredita ter havido um equívoco quando do envio da divergência, uma vez que esta foi encaminhada em resposta à correspondência que alude o art. 22, I, “a”, da LRF, direcionada a GX Participações S/A.

287. Isto posto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado em favor da L M S Elétrica Ltda., na classe IV (microempresas e empresas de pequeno porte), pelo valor de R\$ 4.947,00 (quatro mil novecentos e quarenta e sete reais).

### **III.3.b Hypneumat Hidráulica e Pneumática**

288. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Hypneumat Hidráulica e Pneumática, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe IV (microempresas e empresas de pequeno porte), pelos valores de R\$ 2.278,00 (dois mil duzentos e setenta e oito reais), em face da Riopet, e R\$700,00 (setecentos reais), em face da Injetrio.

289. Nesse sentido, afirma que deixou de ser listada a quantia de R\$ 1.156,40 (um mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), devida pela Riopet.

290. Vale registrar que o credor não instruiu a divergência com os documentos comprobatórios do crédito, a que alude o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005.

291. Instaurado o contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância a divergência, ressaltando que momento da apresentação da relação de credores não foi considerada a nota fiscal nº 8825, no valor de R\$ 1.156,40 (um mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), apesar de ser relativa a crédito anterior ao pedido de recuperação judicial, de modo que deverá, portanto, ser adimplida nos termos do plano apresentado.

292. Assim, a despeito da não apresentação dos documentos comprobatórios pelo requerente, acolhe-se a divergência, com base na manifestação das Recuperandas, para que passe a constar o crédito nos valores R\$ 3.434,40 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), em face da Riopet, e de R\$ 700,00 (setecentos reais) em face de Injetrio, na classe IV (microempresas e empresas de pequeno porte).

### **III.3.c S O S Borracheiro Ltda.**

293. Trata-se de divergência de crédito apresentada por S O S Borracheiro Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro Edital, na classe IV (microempresas e empresas de pequeno porte), pelo valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

294. Na instrução da divergência, não foram apresentados os documentos comprobatórios do crédito, a que alude o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005, mas, apenas, uma relação de títulos em aberto, que totaliza a quantia de R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais).

295. Nada obstante, em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestaram pelo acolhimento da divergência, ressaltando que, no momento da apresentação da relação de credores, não foram consideradas as notas fiscais nº 5509, 5508, 5482, todas no valor de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), apesar de serem relativas a crédito anterior ao pedido de recuperação judicial, de modo que deverão, portanto, ser adimplidas nos termos do plano apresentado.

296. Assim, por não haver prejuízo aos demais credores e diante da concordância das Recuperandas, essa Administração Judicial acolhe a divergência, majorando-se o crédito listado no primeiro Edital para a quantia de R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais), mantida a classe das microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV).

#### IV. Da retificação da relação de credores (art. 7º, §2º, da LRF)

297. Como se verifica da lista apresentada pelas Recuperandas em Id.38120619, na forma preconizada no art. 51, III, da LRF, o passivo total somado sujeito aos efeitos da recuperação judicial foi apontado no valor de R\$ 689.709.597,39 (*seiscentos e oitenta e nove milhões setecentos e nove mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos*), com a seguinte composição: (A) classe dos credores trabalhistas (classe I), no valor de R\$376.892,41 (trezentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos); (B) classe dos credores quirografários (classe III), no valor de R\$301.484.967,51 (trezentos e um milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos); (C) classe dos credores microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV), no valor de R\$925.003,88 (novecentos e vinte e cinco mil três reais e oitenta e oito centavos); e, por fim, (D) R\$386.922.733,59 (trezentos e oitenta e seis milhões novecentos e vinte e dois mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos) relativo ao crédito *intercompany*.

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

298. Analisadas as habilitações e divergências apresentadas pelos credores e a documentação comprobatória, constata-se um aumento do passivo concursal total, decorrente do acréscimo de R\$31.374.516,99 (trinta e um milhões trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos), além dos créditos em moeda estrangeira, totalizando R\$721.084.114,38 (setecentos e vinte e um milhões oitenta e quatro mil cento e quatorze reais e trinta e oito centavos), além dos referidos créditos em moeda estrangeira, nos valores de USD 1.499.581,41 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e um dólares americanos e quarenta e um centavos) e US\$ 306.240,00 (trezentos e seis mil duzentos e quarenta dólares norte-americanos), conforme Relação de Credores que segue abaixo.

299. Ante o exposto, requer a Vossa Excelência que determine à serventia faça publicar o Edital previsto no art. 7º, § 2º, da LRF, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.

300. Por oportuno, informa que as sociedades empresárias Recuperandas promoveram, tempestivamente, a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme consta dos autos em Id. 42675, motivo pelo qual requer que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art. 55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023.

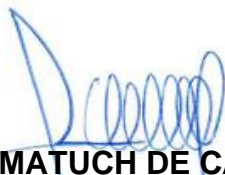


**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**MURILO MATUCH DE CARVALHO**

**Administrador Judicial**

**OAB/RJ 137.860**



**JULIO MATUCH DE CARVALHO**

**OAB/RJ 98.885**



**JOHAN TRINDADE**

**OAB/RJ 228.748**



**MICHELLE S. SAMPAIO**

**OAB/RJ 201.825**

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

## RIOPET EMBALAGENS S/A

TOTAL DE CRÉDITOS	R\$ 483.233.951,59
TOTAL DA CLASSE I (TRABALHISTA)	R\$ 245.736,44
CREDOR	VALOR
BRUNO DE OLIVEIRA REIS	R\$ 651,58
CAMILA DE SOUSA MARTINS	R\$ 4.359,70
EIMARD FREIRE SOUZA	R\$ 1.528,08
ELIZANGELA DE OLIVEIRA MENDES DA COSTA BRUNA	R\$ 6.605,47
Erlandia Rodrigues da Silva	R\$ 34.931,95
FABIO ROBERTO DE SOUZA	R\$ 23.433,68
FELIPE DE OLIVEIRA REIS	R\$ 3.328,48
FERNANDO DOS SANTOS	R\$ 6.345,52
FLAVIO SILVA DO NASCIMENTO	R\$ 21.161,74
Gabriela Alves de Abreu Lira	R\$ 12.053,61
JOÃO GOMES DE SOUZA	R\$ 9.771,87
JULIANO DE SOUZA RIBEIRO	R\$ 521,86
Karen de Moraes Medeiros Soares	R\$ 7.166,58
LAIZA VENCESLAU DOS SANTOS DE GUSMAO	R\$ 14.573,59
Laryssa Caetano de Souza Silva	R\$ 2.901,80
Leonardo da Silveira Bastos	R\$ 11.782,53
LUIZ ROZEMBERG BARROS DA HORA	R\$ 9.683,50
Marcos Aurelio Gouvea	R\$ 16.602,59
Paulo Roberto C Guimaraes	R\$ 22.145,40
Ricardo Carlos Tavares	R\$ 29.488,32
ROBERTO CARLOS S R MACEDO	R\$ 3.426,21
SERGIO PEREIRA CABRAL	R\$ 3.272,38
TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)	R\$ 293.672.310,66
CREDOR	VALOR
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES	R\$ 2.121,71
AGUAS DO RIO 4 SPE S.A	R\$ 416,58
ALDA MONT E INSTAL INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 2.956,27
ALTA PERFORMANCE RECAUCH DE PNEUS	R\$ 19.682,00
ARTEMUS FUNDO DE INV EM DIREITO	R\$ 2.679.303,80
ASSET BANK - FOMENTO MERCANTIL LTDA.	R\$ 278.490,23
ATIVA SECURITIZADORA LTDA	R\$ 393.017,80
AUTO IGUACU LTDA	R\$ 450,00
BANCO ABC	R\$ 9.474.300,33



# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

BANCO BS2	R\$ 3.583.571,56
BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 18.383.475,75
BANCO DAYCOVAL	R\$ 4.385.934,64
BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL AS	R\$ 3.633.114,62
BANCO ELEVATE	R\$ 4.846.969,89
BANCO FIBRA	R\$ 18.829.843,65
BANCO ITAU	R\$ 37.511.018,03
BANCO MERCEDES	R\$ 2.259.027,90
BANCO PINE	R\$ 1.251.604,05
BANCO SAFRA	R\$ 58.841,18
BANCO SICOOB COOMPERJ	R\$ 2.772.161,50
BANCO SICOOB EMPRESAS	R\$ 2.304.081,59
BANCO SICOOB UNISUDESTE	R\$ 10.500.000,00
BANCO SOFISA	R\$ 12.138.824,78
BANKORP SECURITIZADORA DE CREDITO S	R\$ 999.174,07
BANMINAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO PADRONIZADOS	R\$ 791.347,71
Bardora Empreendimentos Ltda	R\$ 5.128.764,80
BFC CAPITAL PARTNERS LTDA	R\$ 767.271,02
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS XPCE CRÉDITO MIDDLE	R\$ 2.031.606,24
BOGHOZ PARTICIPACOES LTDA	R\$ 377.443,90
Brascan Mercantil Securitizadora S.a.	R\$ 393.279,15
BRASIF LOCADORA LTDA	R\$ 19.268,76
BRASIL TINTAS LTDA	R\$ 992,00
BRASPOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS MULTISSETORIAL	R\$ 1.983.947,74
BUENO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 14.042,70
CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADOR	R\$ 97.457,73
CAMARA DE COMERCIALIZACAO DE	R\$ 149,91
CENTELHA EQUIPAMENTOS ELETRICOS	R\$ 1.457,50
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA	R\$ 1.329,90
Centro de integração empresa	R\$ 295,12
CIBRAPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PA	R\$ 21.503,18
COBRA CORRENTES BRASILEIRAS LTDA	R\$ 21.958,70
COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S/A	R\$ 453.497,47
COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	R\$ 673,13
CONTRATUAL SOCIEDADE DE FOMENTO MERCANTIL	R\$ 351.942,50
DECKEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PLAS	R\$ 1.268.608,85
DEP DE TRANSITO DO ESTADO DO RJ	R\$ 390,46
DEPTO DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL	R\$ 390,96

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

DIST. CATARINENSE DE FERRO E ACO	R\$ 585,00
DSX SECURITIZADORA S/A	R\$ 2.422.837,37
ECO SERVE COMERCIO E SERVICO	R\$ 275.520,00
ECOVILLE GESTAO E VALORIZACAO DE	R\$ 3.666.979,39
ELEVAPET ADMINISTRADORA DE BENS LTD	R\$ 172.432,42
EMPORIO MEGA 100 COM DE ALIMENTOS S	R\$ 16.912,00
EUCATEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 477.869,57
EVOLUTION TRUCK DIESEL EIRELI	R\$ 2.500,00
FARIA & GASPAR SOCIEDADE	R\$ 525,56
FIDIC EMPIRICA GOAL ONE	R\$ 2.965.701,56
FITLOG TRANSPORTES E LOGISTICA EIRE	R\$ 225,23
FITLOG TRANSPORTES E LOGISTICA EIRE	R\$ 104,75
FOMENTO CARIOCA FACTORING LTDA	R\$ 1.039.350,82
FORCA AMBIENTAL LTDA.	R\$ 4.959,00
FLAVIO OZON BOGHOSSIAN	R\$ 4.314,72
FORN CHATUBA DE NILOPOLIS LTDA.	R\$ 1.482,06
FUNDO DE INVEST EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISSETORIAL DELTA	R\$ 474.698,74
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISSETORIAL ONE7 LP	R\$ 743.814,62
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS VALECED	R\$ 502.775,00
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS UTILITY	R\$ 1.027.222,64
GARDNER DENVER BRASIL INDUSTRIA	R\$ 108.692,99
GC - FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA	R\$ 1.170.715,70
GHS INDUSTRIA E SERVICOS LTDA	R\$ 15.435,97
GLOBALPACK PLASTICASE EMBALAGENS PL	R\$ 20.671.940,68
GMR EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA.	R\$ 2.445,14
GRA TRANSPORTES PESADOS LTDA	R\$ 10.000,00
GRAN COFFEE COMERCIO, LOCACAO	R\$ 294,00
GRAN COFFEE COMERCIO, LOCACAO E SER	R\$ 440,32
GUANABARA DIESEL SA COM E REPRESENT	R\$ 85.166,63
GUANAPACK - INDUSTRIA DE EMBALAGENS	R\$ 17.266,00
GUILHERME SOEHNCHEN FERRAMENTAS LIM	R\$ 1.974,57
GV PLAST COMERCIAL LTDA	R\$ 18.035.224,96
IB SIGMA FUNDO DE INVESTIMENTO	R\$ 1.429.138,16
INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A	R\$ 23.868,29
INSTITUTO BRASILEIRO DO	R\$ 1.860,74
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	R\$ 107.886,55
INTERACAO BENEFICIAMENTO D RESIDUOS	R\$ 12.923,34
INVESTHOR FIDC NAO PADRONIZADOS	R\$ 261.147,24

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS	R\$ 640,00
J.M. ARAUJO PINHO SOCIEDADE DE ADV	R\$ 6.838,44
JEMP MONTAGENS E DESMONTAGENS	R\$ 54.000,00
KALYKIM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 5.726,47
KS FOMENTO MERCANTIL S.A.	R\$ 34.617,41
LIDER RIO DIST A DE ALIMENTOS LTD	R\$ 3.982,57
LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	R\$ 329.551,33
LOGIPALLET - IND. & COM. DE PALLET	R\$ 53.089,92
LUIZ EDUARDO DE L. REZENDE	R\$ 6.270,00
MARCUS VINICIUS EL-HUAICK DE ARAUJO	R\$ 4.314,72
M V EL-HUAICK ARAUJO REPRES COM	R\$ 14.780,00
MANULI FITASA DO BRASIL S/A	R\$ 90,65
MAXEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA	R\$ 6.159,47
MECALOR SOLUCOES EM ENG TERMICA LTD	R\$ 109.199,03
MENASCHE ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 10.000,00
MERITO COMERCIO DE	R\$ 1.069,35
META PALLET COMERCIO E SERVICOS LTD	R\$ 22.700,00
MULTIBANK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS MULTISSETORIAL LP	R\$ 603.330,00
MUTUO BOGHOZ	R\$ 1.990.000,00
MUTUO FLAVIO BOSHOSIAN	R\$ 1.362.010,18
MUTUO MARCUS EL-HUAICK	R\$ 1.475.178,28
MUTUO RODRIGO MURARO	R\$ 1.000.000,00
NOVA BONI DISTRIBUIDORA DE MATERIAL	R\$ 2.608,32
NOVA S.R.M ADMINISTRACAO	R\$ 3.047.821,41
OXYGEN INVEST FOMENTO MERCANTIL	R\$ 338.235,66
P S ROUPAS E ACESS DESCARTAVEIS EIR	R\$ 6.904,00
PACKSEVEN - INDUSTRIA E COMERCIO LT	R\$ 52.562,76
PAINEL MIX - SOLUCOES EM METAIS LTD	R\$ 1.014,60
PERFORMANCE FINANCIAL	R\$ 277.500,00
PINARELLO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS.	R\$ 1.201.497,45
PLANETA VERDE COMERCIAL EIRELI	R\$ 6.967.761,44
PNC EMBALAGENS E PROD PLASTICOS LTD	R\$ 6.698.068,12
PORTO SEGURO COMPANHIA DE	R\$ 24.150,04
POSTO DE ABASTECIMENTO ALLERS LTDA	R\$ 684,00
PREFEITURA DE MARACANAU	R\$ 5.128,77
PREFEITURA MUN. DE VINHEDO	R\$ 1.220,65
PREFEITURA NOVA IGUACU	R\$ 388.312,03
PRIME ENERGY COMERCIALIZADORA DE EN	R\$ 246.230,86

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

PRIME ENERGY CONSULTORIA E COMERCIO	R\$ 57.063,83
REDASSET GESTAO DE RECURSOS LTDA.	R\$ 387.047,34
REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	R\$ 2.099,90
RIO DIESEL VEICULOS E PECAS S A	R\$ 7.837,66
RIOPAR PARTICIPACOES S.A.	R\$ 53,35
RSC TRANSPORTES EIRELI	R\$ 196.940,91
SECR.EST. DE FAZENDA EST.RIO	R\$ 286.879,89
SECRETARIA DA FAZENDA DO CEARA	R\$ 72.954,36
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	R\$ 773.095,75
SECRETARIA DE EST. NEG. DA FAZENDA	R\$ 10.939,32
SELBETTI GESTAO DE DOCUMENTOS S.A.	R\$ 11.965,49
SIDEL DO BRASIL LTDA	R\$ 64.412,35
SOS TECNOLOGIA E GESTAO DE INFORMAC	R\$ 1.639,83
STD - STANDARD ENGENHARIA LTDA	R\$ 5.240,00
STI PROD QUIM PARA FINS INDUSTRIAIS	R\$ 1.210,00
SUL BRASIL FIDIC ABE MULTISSETORIA	R\$ 3.612.527,40
SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA	R\$ 11.462,95
SURIYAH PARTICIPACOES LTDA	R\$ 337.600,16
T H R IND E COM DE EMBALAGENS LTDA	R\$ 17.516,10
TAURUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	R\$ 21.153,00
TECHNOPACK CONS.REPRES. LTDA	R\$ 1.415.245,10
TECSYSTEM LATINOAMERICA LTDA	R\$ 2.066,16
TELEFONICA BRASIL S A	R\$ 4.072,13
TEMPO FACTORING LTDA	R\$ 305.717,16
Tepx Reciclagem de Mat Beneficiado	R\$ 11.252.871,14
TITAN AUTOMACAO E COMERCIO LTDA	R\$ 194,00
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	R\$ 36.100,26
TOP ALTO PARTICIPACOES E COM LTDA	R\$ 12.486,86
TRANSPORTES SELGEMAY LTDA	R\$ 179.159,48
TREVISO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DI	R\$ 1.374.287,66
TRIDIMENSIONAL LEKA'S MED. LTDA.	R\$ 180,00
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	R\$ 168.662,19
TRUE SECURITIZADORA S/A	R\$ 36.802.133,21
UNAVANTI FUNDO DE INVESTIMENTO EM D	R\$ 1.326.401,71
VALOREM FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CRED	R\$ 201.110,00
VISCOTECH IND E COM DE PLAST TECN L	R\$ 748.345,22
VOLKSWAGEN DO BR IND DE VEIC AUT	R\$ 187.773,20
VQC QUALIDADE - REG EMPRESARIAL LTD	R\$ 5.385,00
WALSYWA INDUSTRIA E COMERCIO	R\$ 1.074,15

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

WANDA COTELO	R\$ 1.500.000,00
WESTROCK, CELULOSE PAPEL E EMBALAG	R\$ 122.595,42
YASMIM PEREIRA BARBOSA 12346869708	R\$ 330,00
<b>TOTAL CLASSE IV (ME E EPP)</b>	<b>R\$ 765.910,26</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
ABCSAFETY BR CONS EM SEG DO TRAB	R\$ 1.910,00
ACESSORIOS ENCANTADO LTDA	R\$ 260,00
AIR CONTROL AUTOMACAO LTDA	R\$ 1.635,60
ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/S	R\$ 3.723,69
ALPHA ENGENHARIA DE SEGURANÇA,	R\$ 5.599,00
AMAV REFRIGERACAO COMERCIO E IMPORT	R\$ 858,00
AMORIM FERRAGENS LTDA	R\$ 181,00
ANCAR LEGALIZACAO DE VEICULOS LTDA	R\$ 2.570,00
APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES	R\$ 5.631,00
ARRISK CONSULTING SEGURANÇA	R\$ 11.400,00
ATACADAO PAPELEX LTDA	R\$ 1.463,00
AUTO CENTER 601 DOS ACESSORIOS LTDA	R\$ 340,00
B GOMES DE FREITAS TELECOMUNICACOES	R\$ 782,00
BELFIRE SEGURANCA CONTRA INCENDIO	R\$ 4.600,00
BERSEBA ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.000,00
BLOWPARTS COM E SERV DE MAN DE MAQ	R\$ 12.325,94
BRACO FORTE JME SERV DE MANUT LTDA	R\$ 10.836,42
BREMAR INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	R\$ 6.500,00
BSW EMBALAGENS LTDA	R\$ 52.826,40
CAMARC COM DE ACESS IND	R\$ 5.584,52
CARACAL SERVICOS - EIRELI	R\$ 3.809,38
CARACAL VIGILANCIA E SEGURANCA PATR	R\$ 17.989,04
CASTELO DO FRIO PECAS DE REFRIG LT	R\$ 720,00
CENTURION COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 122,00
CITRIKUS ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.337,50
COMERCIAL ELETRICA DIZOLE LTDA	R\$ 99,42
COMERCIAL ELETRICA GR.RIO LTDA ME	R\$ 1.428,90
CONFIMAT BAZAR E MATERIAL DE CONSTR	R\$ 2.773,20
CONTATO ENSAIOS TEC E TREINAMENTOS	R\$ 361,00
CRISLIMP COMÉRCIO, MANUTENÇÃO	R\$ 1.211,53
CRS - ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA -	R\$ 4.148,00
CTJ METROLOGIA COM & SERVIÇOS LTDA	R\$ 3.458,37
DANTAS E PEREIRA MANUT IND L	R\$ 1.800,00
DELIV DESENTUPIDORA LTDA	R\$ 1.300,00

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

DULAIN PALLETS COM DE EMBALAGENS E	R\$ 24.480,00
ELIZABETH ALMEIDA DE SOUZA JACOB	R\$ 7.000,00
ERLANDIA RODRIGUES DA SILVA	R\$ 7.949,38
F L C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM	R\$ 3.445,20
FACE COM DE MAT ELETRICOS LTDA	R\$ 4.989,60
FAZENDA BELLE RIO LTDA	R\$ 10.849,00
FERRAGENS DUAS PATRIAS DE BONSUCCESS	R\$ 3.545,00
FGA SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	R\$ 2.780,00
FOX CHRONOS COMERCIAL E EMBALAGENS	R\$ 368,28
GK ADMINISTRACAO DE BENS S/S LTDA	R\$ 2.210,26
GRAFICA E EDITORA	R\$ 1.006,70
GX PARTICIPACOES S.A.	R\$ 4.858,62
H P CONTABIL S/C LTDA	R\$ 1.250,00
HYPNEUMAT HIDRAULICA E PNEUMATICA E	R\$ 3.434,40
IJM SOLUCOES EM TI LTDA	R\$ 3.941,70
IMODATA ADMINISTRACAO COMPRA E VEND	R\$ 1.666,07
INDUSTRIA E COM DE ESTOPAS MARSUGUI	R\$ 3.100,00
INFO KINGS SISTEMAS DE PONTO	R\$ 2.000,00
INJET LOCACAO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 14.078,36
INNOVE SERVICOS LTDA - ME	R\$ 2.600,00
J J C DUAS IRMAS MATERIAL DE CONSTR	R\$ 419,83
JCA ELETROMECHANICA EIRELI	R\$ 3.126,20
JOAO VICTOR ANCHIETA BUENO	R\$ 349,00
JOSE LUIZ FERNANDES RESENDE	R\$ 100,00
JOSENILDA SILVA DE OLIVEIRA	R\$ 800,00
JULI E CRIS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS	R\$ 1.345,00
JUND INOX COMERCIAL LTDA	R\$ 2.630,30
JUNTA COMERCIAL ESTADO RIO DE JANEI	R\$ 738,00
K ALICE UTILIDADES E COMMERCE EM GE	R\$ 193,00
K&S COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 1.256,96
KRA2 ENERGIA LTDA	R\$ 7.180,00
L M S ELETRICA LTDA	R\$ 4.947,00
L M T BITENCOURT LOC PECAS E SERV	R\$ 583,06
LEAP TECHNOLOGIES MANUTENCAO LTDA -	R\$ 1.450,00
LINDA HK CAVAGUTI PECAS DE CAMINHOE	R\$ 509,84
LINETEC LABORATORIO COMERCIO E SERV	R\$ 930,00
LUCLEAR COM MAT CONTRA INCE E SERV	R\$ 546,00
LUNA DE NOVA IGUACU ROUPAS PROFISSI	R\$ 3.000,00
Mam Rio Defensivos e Aplicações Ltd	R\$ 1.852,38

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

MARIA SOLANGE FARIAS DE	R\$ 5.052,60
MARLENE ALENCAR DA SILVA	R\$ 300,00
MARVIN COMERCIO DE EXTINTORES	R\$ 3.851,00
MCT REFRIGERACAO EIRELI	R\$ 9.800,00
MEGABYTE COM DE COMPUTADORES LTDA	R\$ 13.757,85
MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA	R\$ 389,94
MERCO - SAT COMUNICACOES EIRELI	R\$ 16.180,00
MULTIGASES DE NOVA IGUACU EQUIp.	R\$ 803,40
NEMAZO USINAGEM LTDA	R\$ 1.160,00
NEWLAB EQUIP P LABORATORIOS LTDA	R\$ 10.707,61
NIG ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 922,55
NN COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO	R\$ 750,00
NOBRETEC COMERCIAL LTDA	R\$ 2.260,00
Norpem Comercial Ltda	R\$ 195,78
NORPEM COMERCIAL	R\$ 383,14
NOVA KLARA WALL CONEX E VALV LTDA	R\$ 13.593,40
PADARIA E CONFEIT PREFERENCIAL	R\$ 1.003,60
PARAFUSOS BRASIL EIRELI	R\$ 421,00
PLAX IND. E COM. DESOLVENTES LTDA.	R\$ 1.362,00
PORTAL DAS SOLDAS COMERCIO EIRELI	R\$ 368,50
PROVISIO MOBILIARIO COMERCIO E	R\$ 1.813,35
R R C CHAMBARELLI LOCACAO E ADMINIS	R\$ 187,00
RAFAEL IVO DE O. SERV DE TRANS	R\$ 427,25
REAL PARCERIA MAO DE OBRA TEMPORARI	R\$ 12.213,55
REDENTOR PALLETS RIO EIRELI	R\$ 93.750,00
RENANIA MANUTENÇÃO E USINAGEM LTDA	R\$ 47,50
RESISTÊNCIAS LANDY MOLDES COM. E RE	R\$ 7.560,00
RICERSA ASSE E CONSUL CONTABIL LTDA	R\$ 11.492,30
RIO ASCENSO COMERCIO E SERVICO LTDA	R\$ 1.500,00
RIO MEAT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	R\$ 6.951,11
RIO PALETS COMERCIO ATACADISTA DE M	R\$ 111.593,20
RJ 5 FILME ESTRETCH EMBALAGENS EIRE	R\$ 21,80
RL HIGIENE CAMPINAS LTDA	R\$ 749,32
ROWAL CONSULTORIA EMPRESARIAL	R\$ 5.260,08
RTA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	R\$ 1.860,00
S O S BORRACHEIRO LTDA	R\$ 1.920,00
S.S.S. FERREIRA COM. DE ARTIGOS	R\$ 1.200,00
SAMEACH IND E COM DE ACESSORIOS LTD	R\$ 289,90
SB ASSESSORIA EMPRESARIAL E CONTABI	R\$ 1.400,00



# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

Scansource Brasil Distribuidora de	R\$ 1.755,60
SIMEAO COM E SERV DE FERRAMENTAS	R\$ 937,60
SM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 13.949,86
SO LA TEM TINTAS LTDA	R\$ 13.690,66
SOLDENGE MATERIAIS DE PROTECAO LTDA	R\$ 2.640,50
THERMTRONIC GLOBAL LTDA	R\$ 1.779,62
THIAGO BIANCO DE SOUZA JORGE	R\$ 10.540,00
THIAGO VICTOR DE LIMA PRATES MANUTE	R\$ 3.420,00
TRANSPORTE KAFENY LTDA - ME	R\$ 1.284,01
TRES DE JUNHO ADMINISTRADORA	R\$ 6.621,77
TRES PODERES ACESSORIOS LTDA	R\$ 317,00
TROIS CARTS LTDA	R\$ 1.555,54
VALTER I CORREIA LOCACAO DE CAMINHA	R\$ 1.650,00
WANDA MARIA CARDOSO COTELO	R\$ 52.326,00
WRR SOLUCOES E INFORMATICA LTDA	R\$ 1.849,32
<b>TOTAL DE CRÉDITOS INTERCOMPANY</b>	<b>R\$ 188.549.994,23</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
RESIN PLÁSTICOS LTDA.	R\$ 50.022.394,40
INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA.	R\$ 138.527.599,83

## INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA.

<b>TOTAL DE CRÉDITOS</b>	<b>R\$ 188.524.172,71</b>
<b>TOTAL DA CLASSE I (TRABALHISTA)</b>	<b>R\$ 85.607,33</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
CARLOS EDUARDO LEITE	R\$ 19.063,59
FABIO MIRANDA DA SILVA	R\$ 17.842,04
GEILSON MATIAS DE O FREITAS	R\$ 6.383,90
MIKE DOS SANTOS P DA SILVA	R\$ 4.422,63
PAULO HENRIQUE DA C ALMEIDA	R\$ 9.235,95
SIMONE ROSA DOS SANTOS	R\$ 7.276,88
THIAGO COSTA DA SILVA	R\$ 3.643,97
WALLIS JOSE DA SILVA	R\$ 10.841,98
WESLEY ANTONIO F DA SILVA	R\$ 6.896,39
<b>TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)</b>	<b>R\$ 20.844.588,41</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
3RIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PLAST	R\$ 434.365,60

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

AZUL PACK FILMES E EMBALAGENS LTDA	R\$ 17.123,62
BRASIL TINTAS LTDA	R\$ 2.021,90
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 3.365.538,43
CHEM-TREND IND COM PRODS QUIMICOS L	R\$ 1.758,86
COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S/A	R\$ 1.886.088,82
COFERMETA S.A.	R\$ 940,53
DECK COMERCIAL LTDA	R\$ 106.050,00
DECKEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PLAS	R\$ 607.510,42
ECOVILLE GESTAO E VALORIZACAO DE	R\$ 5.975.066,63
ELEVAPET ADMINISTRADORA DE BENS LTD	R\$ 82.951,16
EMPORIO MEGA 100 COM DE ALIMENTOS S	R\$ 1.344,00
FERRAGENS DUAS PATRIAS DE BONSUCCESS	R\$ 1.961,30
HASTPLASTIC IND, COM, IMP	R\$ 7.141.715,15
HUSKY DO BRASIL SISTEMAS DE INJEÇÃO	R\$ 55.967,69
IFM ELECTRONIC LTDA	R\$ 698,00
INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A	R\$ 99.267,83
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	R\$ 5.001,12
MECALOR SOLUCOES EM ENG TERMICA LTD	R\$ 2.918,90
MUNTERS BRASIL IND E COM LTDA	R\$ 1.750,92
PREFEITURA NOVA IGUACU	R\$ 27.452,79
SECR.EST. DE FAZENDA EST.RIO	R\$ 28.630,55
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	R\$ 57.301,39
TITAN AUTOMACAO E COMERCIO LTDA	R\$ 2.425,00
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	R\$ 1.073,80
TORINO EMBALAGENS E PRODUTOS PLASTI	R\$ 937.664,00
<b>TOTAL CLASSE IV (ME E EPP)</b>	<b>R\$ 92.991,26</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
APPA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	R\$ 2.356,64
COMERCIAL ELETRICA GR.RIO LTDA ME	R\$ 70,60
EDEN GASES E SOLDAS LTDA	R\$ 550,00
EDMUNDO CARNEIRO DE ARAUJO	R\$ 1.456,22
FREEDOM SUSTENTABILIDADE COMERCIO	R\$ 5.250,00
HIDRAFLEX COM DE MANGUEIRAS E ACESS	R\$ 631,81
HYPNEUMAT HIDRAULICA E PNEUMATICA E	R\$ 700,00
INNOVA ASSISTENCIA TECNICA LTDA	R\$ 3.000,00
INNOVA COM E MAN LTDA	R\$ 24.089,27
J J C DUAS IRMAS MATERIAL DE CONSTR	R\$ 199,80
JCA ELETROMECHANICA EIRELI	R\$ 13.486,66
LEIDINGER REPRE. E SERV LTDA	R\$ 1.766,95
MAKAN PRODUTOS INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 544,94
MULTIGASES DE NOVA IGUACU EQUIp.	R\$ 2.178,00
PLASTECNICA SER E COM LTDA	R\$ 3.298,00

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

PRESTEX ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA	R\$ 811,50
RESISTÊNCIAS LANDY MOLDES COM. E RE	R\$ 6.143,40
RIOTEC COMERCIO DE BORRACHAS TECNIC	R\$ 638,00
SM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 3.503,41
SO LA TEM TINTAS LTDA	R\$ 20.496,28
TRANSPORTE KAFENY LTDA - ME	R\$ 1.819,78
<b>TOTAL DE CRÉDITOS INTERCOMPANY</b>	<b>R\$ 167.500.985,71</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
RIOPET EMBALAGENS S/A	R\$ 125.927.148,92
RESIN PLÁSTICOS LTDA.	R\$ 41.573.836,79

## RESIN PLÁSTICOS LTDA.

<b>TOTAL DE CRÉDITOS</b>	<b>R\$ 49.308.011,38</b> <b>MOEDA ESTRANGEIRA USD 1.499.581,41</b> <b>US\$ 306.240,00</b>
<b>TOTAL DA CLASSE I (TRABALHISTA)</b>	<b>R\$ 47.065,43</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
ANDERSON MEIRA DE ALCANTARA FR	R\$ 14.413,10
RICARDO CARLOS TAVARES	R\$ 32.652,33
<b>TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)</b>	<b>R\$ 18.320.973,54</b> <b>MOEDA ESTRANGEIRA USD 1.499.581,41</b> <b>US\$ 306.240,00</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
ALPEK POLYESTER ARGENTINA S.A.	USD 1.499.581,41
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S A	R\$ 10.201,55
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 2.559.715,90
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO	R\$ 3.115.908,06
COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S/A	R\$ 1.302.965,80
EMPORIO MEGA 100 COM DE ALIMENTOS S	R\$ 1.336,00
FAR EASTERN NEW CENTURY CORPORATION	US\$ 306.240,00
GENESIS POLYMERS INTERNATIONAL	R\$ 5.071.729,67
GLOBALPACK INDUSTRIA E COMERCIO LTD	R\$ 199.543,31
INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A	R\$ 68.577,15
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.547.904,97
MONEY PLUS SOCIEDADE DE CREDITO AO	R\$ 789.266,14
OI MOVEL S.A.	R\$ 141,15
PRADO E QUEIROZ ADVOGADOS	R\$ 28.676,05
RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A	R\$ 754,76
SECR. EST. DE FAZENDA EST. RIO	R\$ 1.128.206,09
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	R\$ 251.911,99

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

STI PROD QUIM PARA FINS INDUSTRIAIS	R\$ 500,00
TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 950,03
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	R\$ 5.690,19
TRANSPORTES RODOVIARIOS LETSARA LTD	R\$ 194.109,73
VIMAC COM. DE PECAS E ACESS LTDA	R\$ 42.885,00
<b>TOTAL CLASSE IV (ME E EPP)</b>	<b>R\$ 68.218,76</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
ALVES & BOQUIMPANI C. C. LTDA	R\$ 350,40
ATTUALE SMS ASSESSORIA LTDA	R\$ 6.160,00
CLINICA ESPACO SAUDE NOVA	R\$ 380,00
CONTROLCAL REFRIG INDL COM E SERV	R\$ 4.600,00
JOSE CARLOS DO COUTO - EPP	R\$ 537,80
L FERREIRA OLI - COM DE GAS EIRELLI	R\$ 795,00
MARCUS VINICIUS EL-HUAICK DE ARAUJO	R\$ 2.912,44
MARIA AUXILIADORA LESSA FARIA-ME	R\$ 120,00
MARLENE ALENCAR DA SILVA	R\$ 100,00
MCM TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	R\$ 40.000,00
PREFEITURA MUNICIPIO DE MACUCO	R\$ 557,18
REIS & TEIXEIRA LOTERIA LTDA	R\$ 5.300,00
RIO CABLE SERV DE TELECOM LTDA	R\$ 159,90
ROTEC BRASIL MOTORES EIRELI LTDA	R\$ 2.742,63
SM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 3.503,41
<b>TOTAL DE CRÉDITOS INTERCOMPANY</b>	<b>R\$ 30.871.753,65</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
RIOPET EMBALAGENS S/A	R\$ 9.244.549,97
INJETRIO INDÚSTRIA DE PLASTICO LTDA.	R\$ 21.627.203,68

## BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.

<b>TOTAL DE CRÉDITOS</b>	<b>R\$ 17.978,70</b>
<b>TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)</b>	<b>R\$ 17.978,70</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
SM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 1.013,58
FLAVIO OZON BOGHOSSIAN	R\$ 8.629,44
MARCUS VINICIUS EL-HUAICK DE ARAUJO	R\$ 7.550,76
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	R\$ 784,92